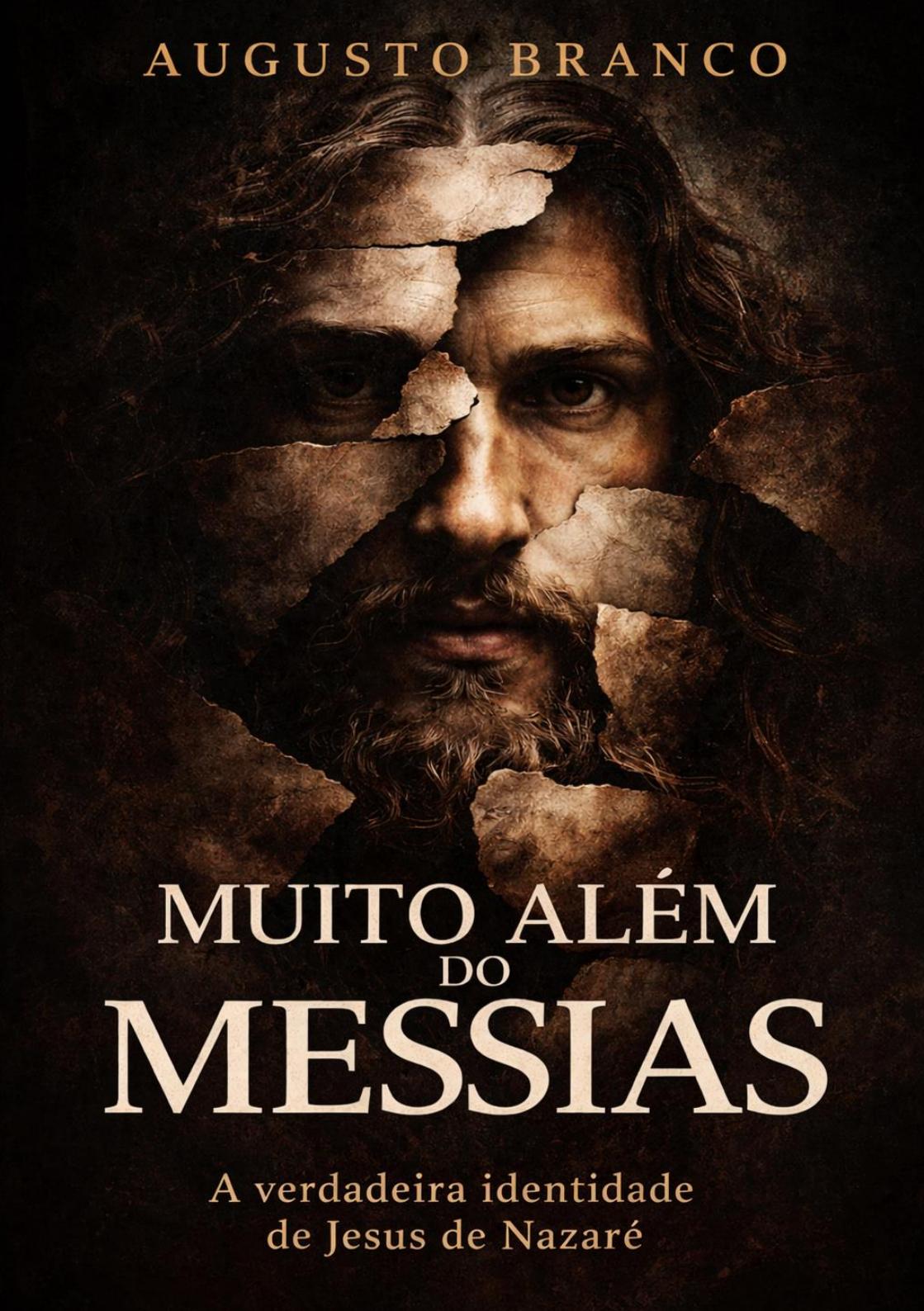


AUGUSTO BRANCO



MUITO ALÉM  
DO  
**MESSIAS**

A verdadeira identidade  
de Jesus de Nazaré

MUITO ALÉM  
DO  
**MESSIAS**

A verdadeira identidade de Jesus de Nazaré

AUGUSTO BRANCO

Direção editorial: Augusto Branco

Autor: Augusto Branco

Design e diagramação: Augusto Branco

Revisão e ilustrações: Augusto Branco com auxílio de Inteligência Artificial

© AUGUSTO BRANCO, Porto Velho, Brasil.

[www.augustobranco.com](http://www.augustobranco.com)

Todos os direitos reservados. Proibidos, dentro dos limites estabelecidos pela lei, a reprodução total ou parcial desta obra, o armazenamento ou transmissão por meios eletrônicos ou mecânicos, fotocópias ou qualquer outra forma de cessão da mesma, sem prévia autorização escrita do autor.

Rua Manoel Laurentino de Souza, 1185 – CEP 76.820-168 Bairro Nova Porto

Velho – Porto Velho – RO – Tel/Whatsapp: (55 11) 99823-6929

[njvsab@gmail.com](mailto:njvsab@gmail.com)

Esta obra está em conformidade com a legislação vigente de Depósito Legal

– Leis Ns.10.994/2004 e 12.192/2010. Recibo n.595/25. Impresso no Brasil.

*“E conhecereis a verdade,  
e a verdade vos libertará.”*

João 8:32



## Quem foi Jesus de Nazaré?

Poucas figuras moldaram tão profundamente a história humana quanto Jesus de Nazaré: seu nome atravessou impérios, redefiniu calendários, inspirou códigos éticos, legitimou guerras e pacificou consciências, fundou instituições e provocou rupturas que ainda ecoam dois milênios depois e, ainda assim, permanece rejeitado como Messias em sua própria terra.

Para o judaísmo, Jesus não foi o Cristo prometido, e sim um mestre marginal, um pregador apocalíptico entre tantos outros do turbulento século I, talvez um sábio, talvez um transgressor da Lei, certamente não o Redentor esperado.

Como explicar que aquele que o mundo passou a chamar de Senhor e Salvador não tenha sido reconhecido como tal por seu próprio povo? Que

mistérios cercam sua vida a ponto de sua pátria natal recusar-lhe o título que o Ocidente lhe concedeu?

O que sabemos sobre Jesus provém muito mais dos Evangelhos do que dos registros históricos, e mesmo esses textos concordam nos ensinamentos centrais, porém divergem de modo significativo em pontos que narram o que seriam eventos mais factuais: do silêncio quase absoluto entre a anunciação e seus trinta anos de idade, até as narrativas fragmentadas, breves e por vezes desconcertantes sobre os acontecimentos após a crucificação. Investigar esses vazios, tensões e divergências é um exercício de honestidade intelectual; e é nesse terreno incerto, entre fé, história e tradição, que emerge uma das perguntas mais inquietantes da humanidade: afinal, quem foi, de fato, Jesus de Nazaré?

## Tradição viva: oralidade, memória e fé na Antiguidade

Antes de iniciar nossa investigação, é importante observar os motivos das histórias sobre Jesus terem sido escritas décadas após a crucificação. Ocorre que a Antiguidade não foi construída sobre o papel, e sim sobre a tradição oral. Antes de serem fixadas em pergaminhos, as ideias, as leis e as narrativas sagradas circulavam de boca em boca, preservadas pela memória coletiva. No mundo antigo, a escrita era rara, cara e restrita a elites letradas; já a oralidade era universal. A autoridade de uma tradição se baseava na comunidade que a transmitia, no mestre que a ensinava e no ritual que a encenava. Compreender isso é essencial para entender tanto o judaísmo quanto o cristianismo nascente e para evitar anacronismos ao julgar seus textos.

No judaísmo, essa centralidade da transmissão oral era estrutural. A própria Torá, embora escrita, era compreendida como algo que precisava ser ensinada, repetida e interpretada continuamente. Ao lado da Torá escrita, desenvolveu-se uma vasta tradição oral, aquilo que mais tarde seria registrado na Mishná e, depois, no Talmude. Rabinos ensinavam seus discípulos por repetição, fórmulas memorizáveis, paralelismos e narrativas curtas, projetadas para serem lembradas. A fidelidade dos relatos media-se mais pela

preservação do sentido, da intenção e da aplicação viva da Lei. Essa dinâmica explica por que versões de uma mesma tradição podem coexistir sem que isso fosse visto como contradição.

Esse modo de transmissão teve efeitos profundos nos textos religiosos judaicos. Histórias antigas foram adaptadas a novos contextos históricos; leis foram reinterpretadas à luz de novas realidades; profecias ganharam novos horizontes de sentido. O texto bíblico é o resultado de séculos de tradição viva, em que memória, liturgia e experiência comunitária moldaram a forma final dos escritos. A escrita não interrompeu a oralidade, ela a cristalizou parcialmente, sem jamais substituí-la por completo. Por isso, mesmo após a fixação do texto, o judaísmo permaneceu, essencialmente, uma religião do ensino oral.

O cristianismo primitivo nasce exatamente dentro dessa matriz. Jesus não escreveu nada. Ele ensinou por parábolas, imagens fortes, aforismos curtos e ações simbólicas, todos recursos típicos de uma cultura oral. Após sua morte, seus seguidores não começaram imediatamente a escrever livros; começaram a contar histórias, a repetir ditos, a proclamar que Deus havia agido de forma decisiva por meio dele. Durante décadas, a fé cristã existiu sem Evangelhos escritos, sustentada por confissões de fé, hinos, fórmulas litúrgicas e narrativas memorizadas. As cartas de Paulo, os primeiros textos cristãos, já pressupõem

comunidades que conheciam a história de Jesus antes de qualquer biografia escrita.

Esse processo explica tanto a força quanto as tensões dos textos cristãos. À medida que tradições orais eram colocadas por escrito, diferentes comunidades preservaram diferentes ênfases, memórias e interpretações. Este era o funcionamento normal de uma tradição viva que, ao se fixar no texto, passou a carregar marcas de sua história oral. O que os Evangelhos é a memória interpretada de comunidades que acreditavam, anunciam e viviam a fé em Jesus. A oralidade permite entender por que esses textos existem, por que diferem entre si e por que continuam, até hoje, a falar com força a gerações que jamais ouviram aquelas vozes originais.

## O homem Jesus: mito ou verdade?

A ideia de que Jesus Nazareno teria sido um mito religioso criado por comunidades cristãs não se sustenta diante da análise histórica séria. Diferentemente de divindades mitológicas cuja existência se dissolve no simbolismo, Jesus surge inserido em um tempo, um lugar e um contexto político bem definidos: a Palestina do século I, sob dominação romana. Além disso, sua existência é atestada por fontes históricas não cristãs, algumas delas hostis ao cristianismo – o que confere ainda mais peso ao testemunho.

O historiador judeu Flávio Josefo (c. 37-100 d.C.), escrevendo no final do século I, menciona Jesus em duas passagens de sua obra *Antiguidades Judaicas*. A mais conhecida é o chamado *Testimonium Flavianum* (Ant. 18.3.3), que descreve Jesus como um homem sábio, executado por ordem de Pôncio Pilatos. Embora seja consenso acadêmico que esse texto sofreu interpelações cristãs posteriores, a maioria dos estudiosos concorda que existe ali um núcleo autêntico, compatível com o estilo e o pensamento de Josefo, confirmando que Jesus existiu, atraiu seguidores e foi crucificado. A segunda menção, considerada amplamente autêntica, aparece em Ant. 20.9.1, quando Josefo relata a morte de “Tiago, irmão de Jesus, chamado Cristo”, referência casual e não apologética,

extremamente difícil de explicar se Jesus fosse uma figura mítica.

Além de Josefo, há testemunhos romanos igualmente relevantes. O historiador Tácito (c. 56-120 d.C.), em seus *Anais* (15.44), ao narrar a perseguição de Nero aos cristãos, afirma explicitamente que "Cristo" foi executado durante o governo de Pôncio Pilatos, no reinado de Tibério. Tácito não tinha qualquer simpatia pelo cristianismo, ao qual chamava de "superstição perniciosa", o que torna seu testemunho particularmente confiável do ponto de vista histórico. Trata-se de uma confirmação clara da existência de Jesus e de sua morte por crucificação, escrita por um dos mais rigorosos historiadores romanos.

Outras fontes reforçam esse quadro. Plínio, o Jovem, governador da Bitínia, escreve ao imperador Trajano por volta de 112 d.C., descrevendo cristãos que se reúnem para cantar hinos "a Cristo, como a um deus", o que pressupõe um personagem histórico recente cuja memória ainda moldava práticas religiosas. Suetônio menciona distúrbios entre judeus em Roma "por instigação de Chrestus", possivelmente uma referência indireta aos conflitos em torno da figura de Cristo. Até mesmo o Talmude judaico, em textos posteriores e hostis, reconhece a existência de Jesus, retratando-o como um transgressor da Lei e um enganador, o que, paradoxalmente,

confirma que ele não era considerado um personagem fictício.

Do ponto de vista metodológico, é importante lembrar que poucos personagens da Antiguidade possuem documentação abundante. Camponeses, pregadores itinerantes e líderes religiosos marginais raramente deixaram registros diretos. Ainda assim, Jesus é mencionado por múltiplas fontes independentes, de tradições diferentes, em um intervalo relativamente curto de tempo após sua morte. Para os critérios da historiografia moderna (múltipla atestação, constrangimento e contexto histórico plausível) sua existência é tão segura quanto a de muitos outros personagens antigos cuja historicidade baseada em cadeias de fontes semelhantes nunca é questionada.

Assim, a pergunta histórica séria é quem foi Jesus e como compreender o impacto extraordinário de sua vida e morte. O debate legítimo se desloca do campo da negação para o da interpretação: profeta apocalíptico, mestre ético, reformador religioso, messias frustrado ou figura posteriormente reinterpretada por seus seguidores. Negar sua existência, contudo, exige ignorar ou descartar um conjunto consistente de evidências que a maioria esmagadora dos historiadores, crentes ou não, considera suficientemente sólido.

## O silêncio intrigante de Marcos

Jesus de Nazaré é uma figura histórica, situada com precisão no tempo e no espaço, mencionada por fontes cristãs e não cristãs. A questão é quem ele foi dentro do horizonte religioso do seu tempo. Um profeta? O Messias esperado por Israel? Um reformador radical da fé judaica? Um enganador? Ou um personagem cuja identidade foi progressivamente reelaborada por seus seguidores após sua morte?

Para tentar responder a essa pergunta, é inevitável recorrer à principal e praticamente única fonte extensa sobre sua vida: os Evangelhos. E é justamente aí que a investigação se torna mais complexa. Esses textos não foram escritos por testemunhas diretas dos acontecimentos, e sim por discípulos de discípulos, décadas após a crucificação. São obras de fé, mas também documentos históricos produzidos em contextos específicos, marcados por perseguições, tensões políticas e necessidades teológicas concretas.

O Evangelho mais antigo é amplamente considerado o de Marcos, redigido cerca de 30 a 40 anos após a morte de Jesus, entre 60 e 70 d.C. Segundo o testemunho de Papias de Hierápolis (c. 120-140 d.C.), "Marcos, intérprete de Pedro, escreveu com exatidão tudo o que lembrava, embora não em ordem". Marcos não pretendeu

escrever uma biografia completa; o que ele desejava era registrar o anúncio central da fé cristã tal como era proclamado nas comunidades.

O contexto de sua redação é decisivo. Marcos escreve em meio à Guerra Judaica e à intensificação da perseguição aos cristãos. Seu grego é simples, repleto de termos aramaicos transliterados e latinismos, sugerindo que escrevia para leitores gentios, provavelmente em Roma. Não há grande interesse em disputas legais judaicas, o que reforça a hipótese de que foi escrito fora de Israel. Além disso, Marcos descreve a destruição do Templo de Jerusalém com grande realismo, entretanto sem narrá-la como fato consumado, o que leva os estudiosos a situar a redação pouco antes do ano 70 d.C., quando o Templo foi destruído.

Mateus e Lucas tomaram Marcos como base e, por isso, se desejamos investigar os elementos mais antigos e menos elaborados da tradição sobre Jesus, é por Marcos que devemos começar. E o que encontramos é surpreendente.

Marcos não descreve a genealogia de Jesus, não fala da anunciação a Maria, não menciona nascimento virginal, fuga para o Egito ou episódios da infância no Templo. O evangelho começa com Jesus já adulto, pregando. Os quase trinta anos anteriores permanecem envoltos em completo silêncio.

O que talvez cause ainda maior espanto é o que Marcos relata (ou deixa de relatar) após a crucificação. O evangelho termina de forma abrupta, sem aparições de Jesus ressuscitado, sem encontros com os discípulos, sem ensinamentos finais e sem ascensão aos céus. O texto original encerra-se com medo e silêncio.

Segue, abaixo, a transcrição fiel do final original do Evangelho de Marcos, conforme os manuscritos mais antigos, na tradução Almeida Revista e Corrigida (ARC):

*Marcos 16:1-8 – Texto original*

*E, passado o sábado, Maria Madalena, e Maria mãe de Tiago, e Salomé, compraram aromas, para irem ungí-lo.*

*E, muito cedo, no primeiro dia da semana, foram ao sepulcro, ao nascer do sol.*

*E diziam umas às outras: Quem nos revolverá a pedra da porta do sepulcro?*

*E, olhando, viram que já a pedra estava revolvida; e era ela muito grande.*

*E, entrando no sepulcro, viram um jovem assentado à direita, vestido de uma roupa branca; e ficaram espantadas.*

*Porém ele disse-lhes: Não vos espanteis; buscais a Jesus Nazareno, que foi crucificado; já ressuscitou, não está aqui; eis aqui o lugar onde o puseram.*

*Mas ide, dizei a seus discípulos e a Pedro que ele vai adiante de vós para a Galileia; ali o vereis, como vos disse.*

*E, saindo elas pressurosamente, fugiram do sepulcro; porque estavam possuídas de temor e assombro; e nada diziam a ninguém, porque temiam.*

Aqui o evangelho termina.

Jesus não aparece, nem fala com ninguém.

Não há anjos gloriosos, só “um jovem”.

Não há convívio com os discípulos após a ressurreição.

Não há sinais, nem ensinamentos finais.

Não há ascensão aos céus.

Diante disso, faz-se necessário perguntar: por que o evangelho mais antigo, ligado à tradição de Pedro, não descreveu aquilo que se tornaria o clímax da fé cristã? Por que silenciar sobre as aparições do Ressuscitado e sobre sua elevação ao céu?

A resposta histórica é que Marcos terminou exatamente onde quis terminar. Contudo, esse final causou profundo desconforto nas comunidades cristãs posteriores. Por isso, em algum momento do século II, foi acrescentado um encerramento mais longo, com aparições, sinais milagrosos e ascensão, um final que harmoniza Marcos com os demais evangelhos.

Segue, o texto do chamado “final longo de Marcos”, também na tradução ARC:

*Marcos 16:9-20 – Final longo (acríscimo posterior)*

*E Jesus, tendo ressuscitado na manhã do primeiro dia da semana, apareceu primeiramente a Maria Madalena, da qual tinha expulsado sete demônios. E, partindo ela, anunciou-o aos que tinham estado com ele, os quais estavam tristes e chorando. E, ouvindo eles que vivia, e que tinha sido visto por ela, não o creram. E, depois, manifestou-se noutra forma a dois deles, que iam de caminho para o campo. E, indo estes, anunciaram-no aos outros; mas nem ainda estes creram. Finalmente, apareceu aos onze, estando eles assentados à mesa, e lançou-lhes em rosto a sua incredulidade e dureza de coração, por não haverem crido nos que o tinham visto ressuscitado. E disse-lhes: Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado. E estes sinais seguirão aos que crerem: Em meu nome expulsarão os demônios; falarão novas línguas; Pegarão nas serpentes; e, se beberem alguma coisa mortífera, não lhes fará dano algum; e porão as mãos sobre os enfermos, e os curarão. Ora, o Senhor, depois de lhes ter falado, foi recebido no céu, e assentou-se à direita de Deus. E eles, tendo partido, pregaram por todas as partes, cooperando com eles o Senhor, e confirmando a palavra com os sinais que se seguiram. Amém.*

Tais versículos não aparecem nos manuscritos gregos mais antigos e confiáveis, como o Códice Sinaítico e o Códice Vaticano (século IV), que encerram o evangelho em Marcos 16:8. O vocabulário, o estilo e a teologia diferem do restante do texto, e muitos manuscritos posteriores trazem marcas indicando que os copistas sabiam tratar-se de um acréscimo.

O consenso acadêmico moderno é claro:

1. Marcos originalmente terminou no versículo 8, de forma abrupta e intencional.
2. O final longo foi adicionado posteriormente para oferecer um encerramento mais completo e teologicamente confortável.

Diante disso, torna-se inevitável prosseguir na investigação. Se Marcos silencia, os evangelhos posteriores falam de modos distintos, acrescentando cenas, diálogos e interpretações. Comparar essas narrativas, compreender suas diferenças e motivações, é essencial para lançar luz sobre uma das questões mais inquietantes da história religiosa: o que realmente se acreditava ter acontecido após a crucificação de Jesus de Nazaré – e como essas crenças foram sendo moldadas ao longo do tempo a ponto de tornar difícil de encontrar a verdadeira identidade do Nazareno.



# Do silêncio ao esplendor: o crescimento dos relatos pós-crucificação

Como vimos, o Evangelho de Marcos encerra-se de modo abrupto, com medo, silêncio e ausência total de aparições de Jesus. À medida que avançamos cronologicamente para Mateus, Lucas e João, os relatos se tornam mais longos, mais detalhados, mais teológicos e, sobretudo, mais “conclusivos”. A pergunta que guia esta análise é simples: o que foi sendo acrescentado e por quê?

## O Evangelho de Mateus

O Evangelho de Mateus é tradicionalmente atribuído ao apóstolo Mateus, porém a maioria dos estudiosos entende que foi escrito por um cristão judeu altamente instruído, pertencente a uma comunidade judaico-cristã. Foi composto provavelmente entre 80 e 90 d.C., após a destruição do Templo de Jerusalém.

Mateus escreve para judeus que criam em Jesus como Messias e que precisavam justificar essa fé diante do judaísmo rabínico. Seu evangelho procura demonstrar, de forma sistemática, que Jesus cumpre as Escrituras, porque isso era muito importante diante das objeções rabínicas.

## Acréscimos após a crucificação

Em comparação com Marcos, Mateus introduz elementos novos e espetaculares:

Um terremoto no momento da ressurreição;  
Um anjo do Senhor que desce do céu, remove a pedra e assusta os guardas;  
Soldados romanos vigiando o sepulcro;  
A narrativa da suborno dos guardas, para explicar o boato do corpo roubado;  
Aparições explícitas de Jesus às mulheres;  
Uma aparição final aos discípulos na Galileia;  
A Grande Comissão ("Ide e fazei discípulos de todas as nações").

Mateus, portanto, responde claramente a objeções externas e fortalece a autoridade institucional da Igreja nascente.

## O Evangelho de Lucas

Lucas é atribuído a Lucas, médico e companheiro de Paulo, embora o autor se apresente como um historiador que investigou cuidadosamente as tradições recebidas. O evangelho foi escrito entre 85 e 95 d.C., provavelmente para cristãos de outros países.

Lucas escreve com forte preocupação histórica, pastoral e catequética, e seu evangelho é o primeiro volume de uma obra maior, continuada em Atos dos Apóstolos.

## Acréscimos após a crucificação

Lucas amplia ainda mais o cenário narrado por Mateus:

Agora, ao invés de um anjo, são dois anjos no sepulcro;

Narra um relato detalhado da incredulidade dos discípulos;

Fala da célebre aparição no caminho de Emaús, ausente em todos os outros evangelhos;

Jesus aparece ressuscitado e come alimento para provar que ressuscitou em carne.

Conta um período explícito de ensinamentos pós-ressurreição;

É o único evangelho que narra a ascensão aos céus, descrita de forma solene.

Aqui, a ressurreição é demonstrada, explicada e ensinada.

## O Evangelho de João

O Evangelho de João é o mais tardio, escrito entre 90 e 100 d.C., por alguém ligado à chamada comunidade joanina, sendo uma obra profundamente teológica e simbólica.

João escreve para uma comunidade já expulsa das sinagogas, que enfrenta conflitos internos e externos, e busca afirmar a identidade divina de Jesus de modo inequívoco.

## Acréscimos após a crucificação

João apresenta o relato mais elaborado de todos:

Maria Madalena encontra o túmulo vazio sozinha;  
Havia dois anjos no sepulcro;  
Jesus aparece pessoalmente a Maria;  
É relatada aparição de Jesus aos discípulos com  
portas fechadas;  
Consta o episódio de Tomé, que toca as feridas de  
Jesus;  
Ocorre um segundo encontro na Galileia;  
É narrada a pesca milagrosa;  
Mostra o diálogo de Jesus com Pedro ("Tu me  
amas?")

Aqui, Jesus ressuscitado fala longamente, restaura  
lideranças e confirma sua identidade divina.

## Paulo antes dos Evangelhos: o Jesus mais antigo que podemos acessar

Qualquer investigação honesta sobre quem foi Jesus deve levar em consideração o fato de que Paulo escreveu sobre Jesus antes dos Evangelhos. Suas cartas datam, em grande parte, das décadas de 50 e início dos anos 60 d.C., ao passo que Marcos dificilmente é anterior a 60 d.C. Isso significa que o primeiro retrato literário de Jesus que possuímos vem de um teólogo que nunca o conheceu em carne e osso, e nas cartas Paulinas a fé na ressurreição já está plenamente formada. Se para alguns isto significa que a ressurreição não foi um acréscimo tardio, para outros pode significar que Paulo, cidadão romano, acrescentou elementos de mito solar desde cedo na teologia cristã.

O texto mais decisivo nesse debate é 1 Coríntios 15. Ali, Paulo não apresenta a ressurreição como uma ideia nova, muito menos como uma especulação pessoal. Pelo contrário, ele afirma estar transmitindo uma tradição que "recebeu". Paulo afirma que "Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras; que foi sepultado; que ressuscitou ao terceiro dia; e que apareceu..." (1Co 15:3-5). A estrutura é quase litúrgica, formulada, memorizável, claramente anterior à

própria carta. Muitos estudiosos reconhecem nesse trecho um credo cristão primitivo, possivelmente formulado poucos anos após a crucificação de Jesus.

O Jesus de Paulo é, curiosamente, quase desprovido de biografia. Nada sobre milagres, parábolas, nascimento virginal, Maria, José, Belém ou Nazaré. O foco absoluto recai sobre três eixos: cruz, ressurreição e exaltação. Para Paulo, Jesus é o Cristo crucificado e o Senhor exaltado à direita de Deus. Isso sugere que, no estágio mais antigo acessível da fé cristã, Jesus já é apresentado como evento teológico: algo aconteceu com ele, e esse algo redefiniu completamente a compreensão de Deus, da morte e da esperança.

Antes que houvesse histórias longas sobre a vida de Jesus, já havia uma convicção poderosa de que Deus o havia vindicado após a morte. Os evangelhos, nesse sentido, podem ser lidos como sua narração posterior, uma tentativa de ancorar, na vida concreta de Jesus, aquilo que já era crido a seu respeito. Paulo não nos diz quase nada sobre quem Jesus foi no cotidiano; ele nos diz, com absoluta convicção, quem Jesus passou a ser para a fé.

Assim, se a fé na ressurreição é tão antiga, ela exige uma explicação histórica robusta. O que aconteceu para que um judeu crucificado, executado como fracassado, fosse proclamado Senhor em tão pouco tempo? Paulo não responde

plenamente. Ele testemunha que, quando escreveu, a transformação já havia ocorrido. Entre o Jesus da história e o Cristo proclamado, existe um acontecimento que escapa às categorias simples de invenção tardia ou mito gradual. É nesse ponto, entre cruz e fé, entre morte e proclamação, que o mistério de Jesus se torna mais profundo do que nunca.

# Os principais Evangelhos Gnósticos: o que dizem e o que silenciam

Quando se olha além do Novo Testamento canônico, surge um conjunto de escritos que oferecem uma leitura radicalmente distinta sobre Jesus, a salvação e, sobretudo, a ressurreição. São os chamados Evangelhos Gnósticos, textos produzidos majoritariamente entre os séculos II e III, em contextos teológicos já bastante distantes do cristianismo apostólico.

## 1. O Evangelho de Tomé

Datado entre 120 e 140 d.C. (embora alguns estudiosos defendam a existência de camadas mais antigas), o Evangelho de Tomé é uma coletânea de 114 ditos atribuídos a Jesus.

Não há ali relatos de milagres, nem paixão, nem crucificação e tampouco ressurreição. O foco é outro: o autoconhecimento como caminho da salvação. Jesus não “retorna dos mortos” em cena alguma; Ele aparece como portador de uma sabedoria eterna, cuja compreensão liberta o ser humano da ilusão do mundo material.

Aqui, a vitória é sobre a ignorância.

## 2. O Evangelho de Maria (Madalena)

Produzido provavelmente entre 140 e 160 d.C., esse texto apresenta um Jesus que surge após a ressurreição sem confirmar, exatamente, um evento físico. Ele transmite ensinamentos secretos, especialmente a Maria Madalena, o que gera tensão e conflito com Pedro e outros discípulos.

O embate é simbólico: autoridade feminina versus liderança apostólica masculina. A própria ressurreição é reinterpretada como uma elevação espiritual da alma, ao invés de ser o ponto central de um acontecimento histórico verificável.

## 3. O Evangelho de Filipe

Datado entre 150 e 180 d.C., o Evangelho de Filipe mergulha em linguagem simbólica, sacramental e profundamente metafórica. A ressurreição das pessoas acontece já nesta vida, quando o indivíduo desperta espiritualmente.

O ponto central de Filipe permanece claro: não há interesse em um retorno corporal de Jesus à história, e sim num processo interior de iluminação.

É nesse evangelho que surge o famoso (e frequentemente mal compreendido) trecho envolvendo Maria Madalena, aquele que menciona Maria Madalena como a *koinōnos* (companheira) de Jesus e descreve Jesus

beijando-a. Eis o núcleo do texto, em tradução aproximada do copta (NH II, 3):

"Havia três que caminhavam sempre com o Senhor: Maria, sua mãe, a irmã dela e Maria Madalena, aquela que é chamada sua companheira (koinōnos). Pois Maria Madalena era sua companheira. O Salvador a amava mais do que a todos os discípulos e costumava beijá-la frequentemente..."

Logo depois, o texto relata a reação dos discípulos:

"Os outros discípulos disseram-lhe: 'Por que a amas mais do que a todos nós?'"

Por que esse trecho é mal compreendido?

### **1. O problema da palavra koinōnos**

No grego (e no uso gnóstico), koinōnos não significa esposa. O termo indica:

parceiro espiritual;

alguém que compartilha conhecimento;

participante de um mesmo mistério;

Nos textos gnósticos, o vocabulário relacional é simbólico, não conjugal.

## 2. O “beijo” é gnóstico

O Evangelho de Filipe usa o beijo como símbolo de transmissão espiritual. Em vários trechos do mesmo texto, o beijo aparece ligado à comunicação do logos ou do pneuma:

“Pois é por um beijo que os perfeitos concebem e dão à luz.”

Ou seja, o beijo representa a comunicação da gnose, não intimidade sexual.

Além disso, o manuscrito está lacunar: o local do beijo (“na boca”, por exemplo) não aparece no texto original preservado, mas foi incluído por tradutores ou popularizado em versões não acadêmicas.

## 3. O foco é o conhecimento

Maria Madalena simboliza, no Evangelho de Filipe, a alma que recebe a revelação. O conflito com os discípulos não trata de ciúmes românticos, mas de autoridade espiritual: quem compreendeu o ensinamento secreto?

Esse mesmo padrão aparece no Evangelho de Maria e em outros textos gnósticos. E por que isso se conecta à visão gnóstica da ressurreição?

Porque o Evangelho de Filipe desloca completamente o eixo da fé: não importa quem tocou o corpo ressuscitado, importa quem

recebeu o conhecimento. A ressurreição, para esse texto, é despertar agora, não um retorno físico futuro.

"Aqueles que dizem que morrerão primeiro e depois ressuscitarão estão enganados. Se não recebem a ressurreição enquanto vivem, quando morrerem não receberão nada."

A polêmica moderna a respeito de Jesus e Maria Madalena vem da leitura literal de um texto que foi escrito para ser alegórico e iniciático, não biográfico.

#### **4. O Evangelho de Judas**

Escrito provavelmente entre 150 e 170 d.C., esse evangelho inverte completamente a narrativa tradicional. Judas é retratado como o discípulo que comprehende Jesus de forma mais profunda. Sua aparente traição é, na verdade, parte necessária do plano divino.

Quase nada se diz sobre aparições pós-ressurreição. A ênfase recai sobre a libertação do espírito da prisão do corpo, uma ideia incompatível com qualquer teologia que valorize a ressurreição física.

## 5. Pistis Sophia

Embora não seja um evangelho narrativo, Pistis Sophia merece destaque. Nele, Jesus ressuscitado passa onze anos ensinando os discípulos, em longos discursos esotéricos sobre hierarquias celestes, éons e mistérios cósmicos.

Esse “Jesus ressuscitado” é um mestre cósmico, quase atemporal, distante de qualquer contexto histórico concreto e é importante que seja aprofundada a investigação sobre este livro escrito no século III.

### **Pistis Sophia: quando Jesus deixa a história e assume o cosmos**

Entre os muitos textos que circularam nos primeiros séculos do cristianismo, poucos são tão desconcertantes quanto a Pistis Sophia. Densa, simbólica e deliberadamente enigmática, essa obra não tenta contar o que aconteceu, ela tenta revelar o que estaria oculto por trás da realidade. E, ao fazer isso, apresenta um Jesus que quase não reconhecemos.

### **Um texto fora do eixo da história**

Redigida em copta, provavelmente entre os séculos III e IV, a Pistis Sophia é um diálogo revelatório, estruturado em perguntas e respostas, no qual os discípulos interrogam um Jesus já ressuscitado por onze anos.

Aqui, a ressurreição é o ponto de partida para um ensino secreto.

O cenário é o invisível. O monte das Oliveiras surge como referência simbólica, pois o verdadeiro palco é outro: as regiões celestes, os mundos da Luz, os eons, os abismos do Caos. Maria Madalena destaca-se como a discípula que mais comprehende, mais pergunta, mais ousa, enquanto Pedro frequentemente encarna a incompreensão e o apego ao literal.

### **Quem é Jesus, afinal?**

O Jesus da Pistis Sophia não carrega marcas de pregos nem fala de sofrimento. Ele é descrito como uma figura luminosa e cósmica, governante dos mundos superiores, conhecedor das engrenagens invisíveis do universo. Sua humanidade quase desaparece. A cruz, se não é negada, é irrelevante.

### **O que importa é o Conhecimento de Jesus.**

O texto apresenta uma cosmologia minuciosa e hierarquizada:

Reino da Luz, Tesouros da Luz, eons, arcontes, regiões de caos e queda. O mundo surge como um espaço defeituoso, distante da perfeição original.

A pergunta implícita é incômoda: se o mundo é inferior, que sentido teria Deus encarnar-se nele? Amor é a resposta. Amor é um plano maior.

### **Pistis Sophia: um drama que espelha a alma**

No centro do texto está Pistis Sophia, uma entidade feminina que busca a Luz suprema, erra, cai, é enganada por poderes inferiores e clama por salvação. Sua história representa a alma humana: caída, confusa, desejosa de retorno. Seu drama é o drama de todos os que esqueceram sua origem luminosa.

### **O papel de Jesus é a mediação**

Jesus não salva derramando sangue. Ele salva descendo, ensinando, revelando. Ele resgata Pistis Sophia das regiões inferiores e ensina o caminho de retorno à Luz.

Aqui, Jesus é um mediador cósmico, não um cordeiro sacrificial. A redenção acontece pelo entendimento, não pela cruz.

### **Salvação como conhecimento**

Na Pistis Sophia, o problema humano é a ignorância. A salvação ocorre por meio da gnosis, da compreensão dos mistérios, dos nomes secretos, das chaves espirituais que permitem à alma atravessar as esferas celestes.

Fé é compreender. Arrependimento existe, mas ocupa lugar secundário diante do conhecimento.

### **Discípulos em conflito**

Os discípulos perguntam sem cessar. Alguns compreendem; outros tropeçam. Pedro, repetidamente, representa o apego ao concreto,

ao moral, ao simples. Maria Madalena simboliza a percepção espiritual elevada.

O texto parece perguntar, de forma quase provocativa: quem realmente entendeu Jesus?

### **Ressurreição sem corpo**

Não há sepulcro vazio. Não há toque, nem refeições, nem prova física. Jesus se manifesta em formas de luz. A ressurreição é espiritual. Trata-se de um despertar, não um retorno. Afinal, se o corpo é prisão, por que restaurá-lo?

### **O destino das almas**

As almas ascendem ou descem conforme o conhecimento adquirido. Há purificações sucessivas, correções pedagógicas, ecos de reencarnação implícita. O juízo é instrutivo onde vale a premissa de que aprender é salvar-se.

O abismo entre Pistis Sophia e os Evangelhos canônicos

Quase tudo se inverte: a cruz perde centralidade, o pecado dá lugar à ignorância. A graça é substituída pela iluminação e a história cede espaço ao mito cósmico.

O Jesus dos Evangelhos caminha, sofre e morre. O Jesus da Pistis Sophia ensina, revela e governa.

A Pistis Sophia não tenta complementar os Evangelhos. Ela os desloca, transforma o drama histórico da cruz em um mito cósmico de queda e

retorno à Luz e, ao fazê-lo, força o leitor a encarar uma questão inevitável: Jesus foi o Messias que entrou na história para vencer a morte ou o mestre cósmico que ensina como escapar do mundo?

# O que os Evangelhos Gnósticos dizem sobre o pós-ressurreição?

Apesar das diferenças entre si, esses textos convergem em três pontos fundamentais, todos profundamente distintos dos Evangelhos canônicos:

## **1. A ressurreição não é central como evento físico**

Não há sepulcro vazio, nem corpo tocado, nem refeições com discípulos. Raramente aparecem datas, lugares ou múltiplas testemunhas. O interesse está no que foi revelado a poucos.

## **2. Jesus surge como revelador secreto**

Após a ressurreição, Ele fala a alguns escolhidos, transmite ensinamentos ocultos e prepara almas para uma ascensão espiritual. Isso contrasta diretamente com as aparições públicas, corporais e comunitárias descritas nos textos canônicos.

## **3. A salvação é conhecimento, não história**

O problema humano nesses evangelhos é a ignorância. O corpo é visto como prisão, a matéria como inferior ou defeituosa. Dentro dessa lógica, uma ressurreição corporal perde relevância e se torna teologicamente incoerente.

## Canônicos x Gnósticos: o contraste essencial

Nos Evangelhos canônicos, a ressurreição é um evento histórico; nos gnósticos, uma experiência espiritual. O corpo é redimido nos evangelhos canônicos e rejeitado como cárcere da alma nos evangelhos gnósticos. Há múltiplas testemunhas nos canônicos; já nos gnósticos as revelações são individuais.

A cruz e a ressurreição ocupam o centro da fé apostólica; já o conhecimento secreto domina a teologia gnóstica. Jesus foi interpretado como o Messias encarnado nos evangelhos canônicos; já nos evangelhos gnósticos ele é o revelador cósmico.

## Conclusão histórica

Os Evangelhos Gnósticos não são fontes independentes para o Jesus histórico. Eles refletem teologias desenvolvidas no século II, reinterpretando Jesus à luz de filosofias helenísticas e correntes espiritualistas.

Ainda assim, são documentos preciosos. Revelam as disputas teológicas dos primeiros séculos, mostram o que a Igreja primitiva rejeitou conscientemente e ajudam a entender como a ressurreição foi reformulada fora da tradição apostólica.

Em resumo, eles falam de um Cristo que é um mestre que ensina a escapar do mundo. Tais evangelhos foram escritos a partir de

aproximadamente 90 d.C , e se para alguns eles são menos factuais e mais teóricos, para outros eles revelam camadas mais profundas dos ensinamentos de Jesus, revelando mais sobre quem realmente seria o Mestre.

O que observamos ao fazer essa comparação dos evangelhos é um claro e explícito desenvolvimento da teologia cristã. À medida que o tempo passa, as comunidades cristãs enfrentam novas perguntas, novas críticas e novas necessidades teológicas. Deste modo, claramente os relatos se expandem para responder a essas demandas.

O silêncio de Marcos dá lugar à catequese de Mateus, à pedagogia histórica de Lucas e à teologia elevada de João. Lucas e Mateus narram e interpretam os fatos, e é justamente nesse processo que surgem os acréscimos, as harmonizações e os detalhes progressivos.

A investigação, portanto, não busca desqualificar a fé, mas compreender como ela foi sendo construída, transmitida e moldada. E é nesse ponto que a pergunta inicial retorna com ainda mais força: Se os evangelhos contêm divergências significativas entre si e acréscimos deliberados na história, quem foi, afinal, Jesus de Nazaré antes que sua história fosse escrita, reescrita e proclamada ao mundo? Se os eventos narrados após a crucificação não lançam luzes sobre isto, é importante que analisemos os eventos narrados

antes de Jesus iniciar sua missão, mas antes é importante analisar relatos árabes, islâmicos e orientais sobre o que aconteceu a Jesus após a ressurreição.

## **Jesus no Islã: a crucificação não acontece**

Para o Islã, Jesus (‘Isã ibn Maryam) ocupa um lugar elevado. Ele não é o Filho de Deus, nem a encarnação do divino. Ainda assim, não é um personagem secundário. Jesus nasce de Maria por milagre, realiza sinais, proclama a vontade de Deus e permanece como uma das figuras mais honradas da tradição islâmica.

**O ponto de ruptura surge na cruz.**

O Alcorão é direto e deliberadamente contido. Em 4:157-158, lemos:

“Eles não o mataram nem o crucificaram; isso apenas lhes pareceu assim...  
Deus o elevou a Si.”

Essas duas frases sustentam toda a visão islâmica sobre o destino de Jesus. O texto não descreve cenas, não detalha mecanismos, não narra substituições. Ele afirma o essencial: Jesus não morreu.

**Por que o Islã nega a morte de Jesus?**

A resposta está na própria arquitetura teológica do Islã. No pensamento islâmico, Deus é absolutamente soberano. Permitir que um grande profeta fosse publicamente humilhado, derrotado

e executado por seus inimigos seria incompatível com essa soberania.

A crucificação, no mundo antigo, era uma punição infame. Não simbolizava redenção, como na fé cristã, mas um completo fracasso. Para o Islã, esse destino simplesmente não pode ser atribuído a um mensageiro fiel de Deus.

### **A rejeição da teologia da cruz**

O Islã rejeita três pilares centrais do cristianismo: o pecado original, a redenção vicária e o sacrifício expiatório. Se não há culpa herdada a ser paga, não há necessidade de um sacrifício redentor. Nesse sistema, a morte de Jesus perde sua função teológica e, sem função, ela é negada.

### **A proteção do monoteísmo absoluto (tawhīd)**

O Islã insiste com força: Deus não gera, não é gerado e não se encarna. A teologia cristã da cruz está profundamente ligada à encarnação e à filiação divina de Jesus. Negar a morte é, também, bloquear essa leitura desde a raiz.

### **Mas o que significa dizer que 'pareceu' que ele morreu?**

Aqui entram as tradições interpretativas (tafsīr). Ao longo dos séculos, estudiosos muçulmanos propuseram explicações diversas: outra pessoa teria sido crucificada em seu lugar; os perseguidores acreditaram tê-lo matado; Deus confundiu os algozes; o evento foi mal compreendido pelos observadores.

O Alcorão, porém, não endossa nenhuma dessas hipóteses em particular. Ele não explica como aconteceu e simplesmente afirma o resultado: Jesus não morreu.

### **"Deus o elevou": o que isso significa?**

Na leitura clássica do Islã, Jesus foi elevado vivo, em corpo e espírito. Ele não ressuscita, porque não morre. Ele não é glorificado pela cruz, porque a crucificação não acontece. Ele é preservado por vontade divina.

### **Por que no Islã Jesus ainda retornará?**

Porque sua missão não foi concluída. O Islã afirma que Jesus retornará no fim dos tempos como sinal do Juízo Final, restaurador da justiça e servo fiel de Deus.

Curiosamente, há também uma Segunda Vinda, só que sem divindade.

### **Ecos de debates mais antigos**

Estudiosos observam paralelos entre a visão islâmica e correntes cristãs antigas que negavam a crucificação, como o docetismo e algumas formas de gnosticismo, além de tradições judaicas anticristãs.

## O contraste que não pode ser suavizado

No cristianismo, Jesus é o Filho de Deus; no Islã, um profeta. Para um, a cruz é central; para o outro, impensável. Em um, a morte é real e redentora; no outro, ela não ocorre. A elevação cristã vem após a ressurreição; a islâmica, sem morte. O retorno cristão é glorioso; o islâmico, funcional e servil.

## Duas teologias, dois centros

O Islã afirma que Jesus não morreu porque a cruz contradiz sua visão de Deus, a redenção pelo sacrifício é rejeitada, a dignidade profética precisa ser preservada e o monoteísmo absoluto deve permanecer intacto.

Para o Islã, Deus salvou Jesus da morte; para o cristianismo, Deus salvou o mundo por meio da morte de Jesus. E é exatamente nesse ponto que as duas teologias deixam de dialogar e passam a se contradizer.



## A cruz contestada: textos antigos que negam ou esvaziam a crucificação

Um ponto precisa ser estabelecido com clareza desde o início da investigação: nenhum evangelho canônico nega a crucificação de Jesus. Pelo contrário, a morte na cruz é o elemento mais estável, repetido e constrangedor da tradição cristã primitiva. As tentativas de negar, relativizar ou espiritualizar esse evento surgem sobretudo em círculos docéticos e gnósticos dos séculos II e III, comunidades que lutavam para conciliar a figura de Jesus com uma teologia profundamente anti-material.

O exemplo mais explícito é o Segundo Tratado do Grande Sete, encontrado em Nag Hammadi e datado entre 150 e 180 d.C. Nele, a cruz é quase um equívoco grotesco. O texto afirma que Jesus não sofreu, não morreu e sequer foi o crucificado. Outra pessoa teria ocupado seu lugar, enquanto o verdadeiro Cristo observava o acontecimento do alto, rindo da ignorância dos algozes. "Foi outro quem bebeu o vinagre... foi outro quem carregou a cruz." Aqui, a substituição é direta. O motivo teológico é transparente: o Cristo verdadeiro é espiritual, incorruptível; sofrer seria incompatível com sua natureza. O corpo, nesse sistema, é aparência e, portanto, descartável.

Essa mesma lógica aparece, com variações, em outros textos. Nos Atos de João (c. 150 d.C.), não há uma substituição clara, mas há algo igualmente corrosivo para a cruz: a negação da materialidade. João relata que, ao tentar tocar Jesus, às vezes não sentia nada. O corpo era instável, ilusório. A crucificação, nesse quadro, ocorre no plano visível, como um teatro para os sentidos humanos. Já no Evangelho de Judas (c. 150-170 d.C.), o foco está em esvaziar a cruz de significado. O corpo é visto como prisão; a morte não redime; Judas por sua vez, não é um traidor e sim um colaborador do plano de Jesus. A cruz deixa de ser escândalo ou salvação e se torna irrelevante.

O Apocalipse de Pedro, em sua versão gnóstica, radicaliza ainda mais: Pedro vê um homem sendo crucificado, enquanto acima dele está outro Jesus, vivo e sorridente. O corpo sofre; o verdadeiro Cristo não. A duplicidade volta a aparecer.

O padrão desses textos é consistente e revelador. Todos partem das mesmas premissas: Deus não sofre; o divino não sangra; a matéria é inferior; o corpo é ilusão ou cárcere. Se essas ideias são verdadeiras, a cruz não pode ser real ou, ao menos, não pode ter valor algum. Essa matriz explica os textos gnósticos e leituras posteriores, como a negação islâmica da crucificação e até lendas muito mais tardias, como as da Caxemira ou do Japão. São respostas diferentes ao mesmo problema teológico: o escândalo inaceitável de um Messias crucificado.

É precisamente por isso que esses textos foram rejeitados pelas comunidades cristãs mais antigas. Eles surgem tarde, contradizem testemunhos anteriores, rompem com o judaísmo do século I, negam a encarnação e eliminam o martírio real. Quando Paulo escreve, por volta do ano 50 d.C., ele já formula um núcleo que antecede qualquer especulação gnóstica: "Cristo morreu... foi sepultado... ressuscitou." Essa afirmação é anterior, embarracosa e difícil de harmonizar com filosofias espiritualistas e, exatamente por isso, historicamente mais sólida.

Houve, pois, muitos que negaram a crucificação - e com bastante criatividade. Mas essas negações não pertencem ao cristianismo nascente: elas surgem quando a cruz se torna teologicamente insuportável. Neste ponto, é importante observar que a ideia da substituição não nasceu no Islã; ela já circulava em correntes gnósticas que não conseguiam aceitar o filho de Deus pregado a uma cruz.

## Jesus na Caxemira: A investigação por trás do santuário de Roza Bal

Entre as teorias que propõem destinos alternativos para Jesus após a crucificação, a tradição da Caxemira ocupa um lugar singular. Seu ponto de partida é um santuário real, antigo e ainda venerado: o Roza Bal, em Srinagar. A pergunta, porém, permanece incômoda: quem realmente está enterrado ali?

### **Um túmulo, um nome, uma suspeita**

No Roza Bal repousaria um homem santo conhecido como Yuz Asaf. Segundo a tradição local, ele teria vindo do "Ocidente", vivido de forma ascética, ensinado valores éticos elevados e, por fim, morrido e sido sepultado na região.

Para alguns intérpretes modernos, esses elementos bastariam para um salto ousado: Yuz Asaf seria Jesus de Nazaré. A ideia é atraente, porém a investigação exige mais do que paralelos sugestivos.

### **Tradição antiga... mas não tão antiga**

É verdade que essa narrativa não surge no século XX. Ela aparece em textos islâmicos e persas medievais, produzidos entre os séculos XIV e XVIII. Neles, Yuz Asaf é descrito como profeta, santo ou sábio vindo do Ocidente, com uma missão

espiritual entre povos orientais. O detalhe crucial está no intervalo: esses textos são escritos mais de mil anos depois de Jesus, são releituras tardias de tradições já em circulação.

### **O ponto de inflexão: o Ahmadismo**

A identificação explícita entre Jesus e Yuz Asaf ganha forma clara no século XIX, com Mirza Ghulam Ahmad, fundador do movimento Ahmadiyya. Para ele, Jesus não morreu na cruz; sobreviveu; viajou para o Oriente; e morreu naturalmente na Caxemira.

Essa leitura não surge de uma necessidade teológica: resolver o problema da crucificação e da morte de Jesus dentro de um sistema religioso específico. Essa interpretação foi rejeitada tanto pelo cristianismo tradicional quanto pelo islamismo clássico.

### **O silêncio das fontes fundadoras**

Quando voltamos às fontes mais próximas do século I, o contraste é imediato: nos Evangelhos, a narrativa é curta e fechada: Jesus morre, é sepultado, ressuscita, aparece por um período limitado e é exaltado. Não há espaço para uma longa vida posterior no Oriente.

No Islã clássico, Jesus (Isa) não morre nem é crucificado, também não viaja, não envelhece e não é sepultado na Caxemira. Ele é elevado por Deus e retornará no fim dos tempos.

Curiosamente, nem mesmo o Islã sustenta a ideia de um túmulo de Jesus.

### **O crivo da pesquisa histórica**

Do ponto de vista acadêmico, os problemas se acumulam: não existe documento do século I; não há evidência arqueológica identificável; e nenhuma inscrição contemporânea menciona Jesus no Oriente. Além disso, o nome Yuz Asaf provavelmente deriva de Bodhisattva, termo budista que, ao longo dos séculos, foi associado a diferentes figuras sábias em contextos islâmicos e persas. A associação com Jesus é retroativa, construída muito depois do fato que pretende explicar.

### **Por que a ideia persiste?**

Porque ela é poderosa no plano simbólico. Ela resolve dilemas teológicos, aproxima Jesus das tradições orientais, cria um mestre universal e dialoga bem com espiritualidades não cristãs. Como mito religioso, funciona. Como reconstrução histórica, falha.

### **Entre o sábio e o Messias**

A tradição da Caxemira afirma, com razoável segurança, que um homem santo viveu e morreu ali. O que ela não consegue sustentar é a identificação desse homem com Jesus de Nazaré. Essa associação surge tardiamente, carece de apoio em fontes antigas e não encontra respaldo na pesquisa histórica séria.

Essa história, porém, nos ensina muito sobre releituras culturais de Jesus, sobre diálogo inter-religioso e sobre o desejo humano de universalizar figuras sagradas, entretanto não altera o que sabemos historicamente sobre o carpinteiro da Galileia.

A Caxemira, portanto, venerou um grande sábio; agora transformar esse sábio em Jesus é uma construção posterior, não um dado histórico.

# Jesus enterrado no Japão?

Entre as muitas histórias alternativas sobre o destino de Jesus, poucas soam tão intrigantes e tão desconectadas das fontes antigas quanto a narrativa que o coloca enterrado no Japão. Segundo essa tradição, Jesus teria escapado da crucificação e atravessado continentes inteiros para viver seus últimos anos como agricultor em uma remota vila japonesa. O local existe. A história, porém, exige cautela.

## Um túmulo no norte do Japão

Na vila de Shingō, na província de Aomori, existe um local conhecido como Kirisuto no haka, o "Túmulo de Jesus". Placas explicativas contam uma história surpreendente: Jesus teria sobrevivido à crucificação, deixado a Judeia e, após uma longa jornada pela Sibéria e pela China, chegado ao Japão, onde se casou, teve filhos e morreu com mais de cem anos. É uma narrativa sedutora. O problema é que ela começa onde as evidências terminam.

## A história em detalhes

Segundo a tradição local, quem teria sido crucificado não foi Jesus, e sim seu suposto irmão Isukiri, um personagem completamente ausente de qualquer fonte antiga, judaica ou cristã. Enquanto isso, Jesus teria fugido do Oriente Médio, vivido anônimo no Japão e sido sepultado

ali, longe de Jerusalém. Nenhum desses elementos aparece em textos antigos. Nem mesmo nos mais especulativos. Então de onde surgiu essa história?

### **O Japão do século XX e o nascimento do mito**

O contexto ajuda a explicar o fenômeno. A narrativa surge em um Japão que buscava reforçar sua identidade nacional, flertava com ideias de excepcionalismo cultural e se mostrava receptivo a mitos de origem universal.

Nesse cenário, a ideia de Jesus ter passado pelo Japão era simbólica. Hoje, a própria vila de Shingō trata a história mais como folclore e atração turística do que como fé ou fato histórico.

### **O silêncio absoluto das fontes antigas**

Aqui, a investigação se torna definitiva. Nenhuma fonte dos séculos I, II ou III, cristã, judaica, romana ou oriental menciona: uma fuga de Jesus da crucificação; viagens de Jesus ao Oriente; nem uma vida posterior em outro continente.

Esse silêncio inclui os Evangelhos canônicos; as cartas de Paulo; historiadores romanos como Tacitus; autores judeus como Flávio Josefo; e até os textos gnósticos, que, ironicamente, adorariam uma narrativa dessas, mas não dizem nada parecido. Quando até os textos mais especulativos se calam, o argumento colapsa.

E as “provas” apresentadas?

Defensores da lenda costumam citar canções locais com palavras supostamente “semíticas”; semelhanças de nomes; e até o formato do túmulo.

Todos esses pontos já foram analisados e explicados por coincidências linguísticas; tradições recentes reinterpretadas; reconstruções modernas sem base antiga.

Não há inscrições antigas, não há evidência arqueológica relevante nem cadeia histórica verificável.

Curiosamente, nem mesmo os Evangelhos gnósticos, que espiritualizam a ressurreição e relativizam o evento histórico, sugerem uma fuga geográfica de Jesus. Eles transformam a ressurreição em experiência espiritual, não em rota de fuga continental. Além disso, a lenda japonesa é ainda mais tardia que textos como a Pistis Sophia.

Por fim, aqui está o ponto-chave da investigação: essa lenda surge publicamente em 1935, baseada nos chamados Documentos Takenouchi, que alegavam revelar uma história secreta e alternativa da humanidade.

Os documentos, porém, nunca puderam ser autenticados; os supostos originais desapareceram; nenhum historiador, filólogo ou

arqueólogo os considera confiáveis, e sem manuscritos verificáveis, não há história, só alegações.

A ideia de Jesus sepultado no Japão não revela algo novo sobre o Jesus histórico. Ela revela algo sobre o imaginário religioso moderno. É um mito do século XX, sem apoio textual antigo, sem reconhecimento acadêmico e sem base arqueológica.

Não existe nenhuma evidência histórica séria de que Jesus tenha vivido ou sido sepultado no Japão, mas todo esse enredo nos faz questionar: por que ainda precisamos reinventar o destino de Jesus?

## Depois da cruz: o problema que permanece

Os acontecimentos posteriores à crucificação não esclarecem quem foi Jesus de Nazaré, pelo contrário, multiplicam as possibilidades. O relato mais antigo termina em silêncio e medo; os seguintes expandem a narrativa, acrescentam aparições, diálogos, comissões e teologias cada vez mais definidas. Fora do cânon, surgem releituras radicais: um Jesus que não retorna fisicamente, um mestre que ensina segredos, um revelador cósmico, um profeta preservado por Deus, um sábio deslocado para outros continentes. A pergunta torna-se inevitável: se a identidade de Jesus fosse clara e inequívoca para seus seguidores imediatos, por que ela precisaria ser tão rapidamente explicada, defendida, ampliada ou mesmo reformulada?

Para uns, a execução romana indica um agitador político ou um messias fracassado; para outros, um transgressor da Lei; para seus seguidores, o justo perseguido; para comunidades posteriores, o Cristo glorificado; para tradições alternativas, um mestre espiritual mal compreendido; para o Islã, um profeta salvo da humilhação da cruz. Cada releitura parece responder mais às perguntas urgentes de quem narra: perseguição, identidade, autoridade, sentido da morte, esperança futura. O Jesus pós-crucificação revela mais sobre suas comunidades do que sobre ele próprio.

Diante disso, investigar o que veio depois da cruz pode ser insuficiente. Se os relatos finais se expandem, se as interpretações se multiplicam e se a identidade de Jesus se torna progressivamente mais elevada, simbólica ou teologizada, então talvez seja necessário recuar. Voltar antes da morte, antes dos conflitos, antes das controvérsias, ao início da história, à anunciação, à infância quase silenciada, aos anos ocultos, ao surgimento público de sua mensagem. Pois talvez a pergunta decisiva não seja quem Jesus se tornou depois da crucificação, mas quem ele foi antes que sua história precisasse ser explicada.



## O nascimento de Jesus: quando a história começa e quando não começa

Se o leitor se aproximar dos Evangelhos imaginando encontrar desde o início uma narrativa clara e uniforme sobre o nascimento de Jesus, logo se deparará com um dado desconcertante: dois evangelhos nada dizem, e os outros dois contam histórias profundamente diferentes.

Marcos e João apresentam um silêncio absoluto.

Os dois evangelhos mais extremos em termos cronológicos - Marcos (o mais antigo) e João (o mais recente) - não narram absolutamente nada sobre a anunciação, o nascimento ou a infância de Jesus.

Marcos começa com Jesus adulto, sendo batizado por João; Já o evangelho de João começa com um verso cósmico ("No princípio era o Verbo...").

Nenhum deles menciona Maria recebendo anúncio angelical; Nascimento virginal; Belém; Pastores; Magos; Fuga para o Egito; Jesus criança no Templo. Essas histórias surgem exclusivamente em Mateus e Lucas – e de maneiras muito distintas.

**O Evangelho de Lucas: anunciação e nascimento**  
É em Lucas que surgem as narrativas mais conhecidas do Natal cristão.

### **A anunciação a Maria (Lucas 1)**

"E, entrando o anjo onde ela estava, disse: Salve, agraciada; o Senhor é contigo; bendita és tu entre as mulheres."  
(Lc 1:28)

"Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; por isso também o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus."

(Lc 1:35)

Aqui, Jesus é apresentado desde o ventre como Filho de Deus, em uma linguagem profundamente teológica e simbólica.

### **O nascimento em Belém (Lucas 2)**

"E aconteceu que, estando eles ali, se cumpriram os dias em que ela havia de dar à luz."  
(Lc 2:6)

"E deu à luz a seu filho primogênito, e envolveu-o em panos, e deitou-o numa manjedoura."  
(Lc 2:7)

**Lucas inclui:**

O recenseamento romano; os pastores; o coro de anjos; "Glória a Deus nas alturas, e paz na terra, boa vontade para com os homens."

(Lc 2:14)

**Jesus no Templo aos doze anos (Lucas 2)**

Este episódio aparece somente em Lucas:

"E aconteceu que, passados três dias, o acharam no templo, assentado no meio dos doutores, ouvindo-os e interrogando-os."

(Lc 2:46)

"Não sabéis que me convém tratar dos negócios de meu Pai?"

(Lc 2:49)

Após esse episódio, Lucas encerra a infância de Jesus com uma única frase:

"E Jesus crescia em sabedoria, e em estatura, e em graça para com Deus e os homens."

(Lc 2:52)

Dos 12 aos 30 anos de Jesus, Lucas fica em silêncio total.

## O Evangelho de Mateus: nascimento, magos e fuga para o Egito

Mateus escreve para uma comunidade judaico-cristã. Seu objetivo é mostrar que Jesus cumpre as Escrituras e por isso seu relato da infância é estruturado como uma sequência de "cumprimentos proféticos".

### O nascimento e os magos (Mateus 2)

Mateus não descreve o parto, nem pastores, nem manjedoura. Ele começa com astrólogos orientais:

"E, tendo nascido Jesus em Belém da Judeia, nos dias do rei Herodes, eis que uns magos vieram do Oriente a Jerusalém."

(Mt 2:1)

"E, entrando na casa, acharam o menino com Maria, sua mãe."

(Mt 2:11)

Observe: Jesus já está numa casa, não numa manjedoura, como dito em Lucas.

### A fuga para o Egito (Mateus 2)

Este episódio aparece somente em Mateus:

"Levanta-te, toma o menino e sua mãe, foge para o Egito."

(Mt 2:13)

"E esteve lá até à morte de Herodes, para que se cumprisse o que foi dito pelo Senhor por

intermédio do profeta: Do Egito chamei o meu Filho.”  
(Mt 2:15)

Mateus associa Jesus a Moisés, reforçando a imagem do libertador.

**O massacre dos inocentes (Mateus 2)**  
Outro episódio exclusivo de Mateus:

“Então Herodes, vendo que tinha sido enganado pelos magos, enfureceu-se muito, e mandou matar todos os meninos que havia em Belém.”  
(Mt 2:16)

Nenhum outro evangelho menciona esse evento que, aliás, não tem embasamento histórico. O principal historiador judeu do século I é Flávio Josefo (37-c.100 d.C.), autor de *Antiguidades Judaicas* e *Guerras Judaicas*.

Josefo descreve Herodes com riqueza de detalhes; relata crueldades menores e maiores. Ele registra assassinatos de três dos próprios filhos de Herodes; o assassinado da esposa de Herodes, Mariamne; o assassinato de líderes religiosos e de opositores políticos; menciona execuções pontuais, conspirações e paranoias do rei, mas não menciona absolutamente nada sobre um massacre de crianças em Belém. Isso é altamente significativo, porque Josefo detestava Herodes e qualquer atrocidade adicional reforçaria sua crítica.

O que essa comparação revela?

Evento	Marcos	Mateus	Lucas	João
Anunciação a Maria	✗	✗	✓	✗
Nascimento	✗	Parcial	✓	✗
Pastores e anjos	✗	✗	✓	✗
Magos do Oriente	✗	✓	✗	✗
Fuga para o Egito	✗	✓	✗	✗
Jesus no Templo	✗	✗	✓	✗

### Um problema grave: a genealogia de Jesus

Os únicos evangelhos que apresentam genealogias de Jesus são Mateus (1:1-17) e Lucas (3:23-38). Marcos, o mais antigo, nada diz; João, o mais teológico, ignora completamente qualquer linhagem humana. Isso já é revelador: a genealogia surge quando há a necessidade explícita de ancorar Jesus na descendência de Davi, requisito central para o Messias judaico.

No entanto, quando colocadas lado a lado, as duas listas divergem entre si e entram em contradição direta. Mateus traça a linhagem de Jesus a partir de Salomão, filho real de Davi, passando por reis de Judá; Lucas segue por Natã, outro filho de Davi, nunca associado à linhagem real. Os nomes entre Davi e José são quase totalmente diferentes, os números de gerações não coincidem e até o pai de José muda: em Mateus, ele é Jacó; em Lucas, Heli. Não são pequenas variações, elas constituem genealogias mutuamente excludentes.

Tentativas posteriores de harmonização como a ideia de que uma genealogia seria de José e a outra de Maria não encontram apoio no texto. Ambos os evangelhos afirmam explicitamente estar descrevendo a linhagem de José, e nenhum apresenta genealogia de Maria. Mais grave ainda: mesmo que uma dessas genealogias fosse historicamente coerente, ambas falham no ponto decisivo: segundo a própria narrativa cristã, Jesus não é filho biológico de José, e sim concebido pelo Espírito Santo. No judaísmo, a linhagem davídica é biológica, patrilinear e legalmente intransmissível sem paternidade real. A adoção, tal como entendida no direito romano, não supre esse requisito na lei judaica. Assim, quanto mais se insiste no nascimento virginal, mais se dissolve qualquer possibilidade de descendência davídica legítima.

Esse impasse não passou despercebido nos próprios Evangelhos. Em um episódio notável (Marcos 12:35-37; Mateus 22:41-46; Lucas 20:41-44), o próprio Jesus questiona a ideia de que o Messias seja filho de Davi. Citando o Salmo 110, “Disse o Senhor ao meu Senhor...” ele pergunta: “Se Davi o chama Senhor, como pode ele ser seu filho?” O efeito é imediato: silêncio. Jesus evita confirmar a linhagem davídica e a problematiza abertamente, sugerindo que o Messias não se enquadra nessa categoria genealógica tradicional. Em termos narrativos, trata-se de uma refutação

interna da expectativa messiânica baseada em sangue, herança e trono.

O quadro que observamos é claro e desconfortável. As genealogias surgiram tardiamente, divergem entre si, não resistem à própria doutrina do nascimento virginal e são relativizadas pelo próprio Jesus, revelando o esforço dos evangelistas em encaixá-lo retroativamente em um molde messiânico que não lhe pertencia originalmente. Assim, a investigação enfraquece a tese da linhagem davídica e reforça uma conclusão diferente: Jesus não se comprehendia, nem podia ser comprehendido historicamente, como o Messias judaico esperado. E, mais uma vez, quanto mais se tenta fixar sua identidade por títulos herdados, mais ela escapa pelas frestas do próprio texto.

Demonstrada as falhas nas genealogias de Jesus, chegamos a este ponto da investigação percebendo que os relatos da infância de Jesus não são universais, não são uniformes e não aparecem nos evangelhos mais antigos. Eles surgem décadas depois, provavelmente moldados por necessidades teológicas específicas:

Lucas constrói um nascimento pastoral, universal e compassivo; Mateus constrói um nascimento

profético, régio e ameaçador aos poderes; Marcos e João nada dizem.

Esses dados revelam algo essencial: tal como demonstrado anteriormente, com os eventos pós crucificação, percebe-se mais uma vez que a história de Jesus foi sendo narrada progressivamente, preenchendo silêncios, respondendo a perguntas e dialogando com expectativas religiosas.

E assim, entre anúncios celestes e longos silêncios humanos, permanece uma pergunta que atravessa os séculos:

Quem foi Jesus de Nazaré antes que sua história começasse a ser contada?

## Os anos ocultos de Jesus

Entre o menino que surpreende os doutores no Templo e o homem que surge às margens do Jordão pedindo batismo, estende-se um silêncio de quase vinte anos. Os Evangelhos não o preenchem; a história não o registra; a tradição apenas sussurra. São os chamados anos ocultos de Jesus, um intervalo que é carregado de perguntas. O que aconteceu nesse tempo? Onde esteve aquele que, mais tarde, falaria como quem tem autoridade? E por que a narrativa cristã aceita, quase sem protesto, esse longo eclipse biográfico?

A resposta mais sóbria é também a mais desconcertante: Jesus viveu uma vida comum. Em Nazaré, pequena aldeia da Galileia, teria aprendido o ofício de tekton (artesão, construtor) homem das mãos calejadas. Teria conhecido o peso do trabalho diário, a economia frágil de uma família camponesa, as festas, os jejuns, as tensões políticas sob o domínio romano. Nada de milagres registrados, nada de discursos memoráveis, só tempo lento da formação humana.

O silêncio dos textos canônicos abriu espaço para hipóteses. Alguns imaginaram Jesus em contato com os essênios, comunidade ascética de Qumran, às margens do Mar Morto. Outros o viram como discípulo informal de mestres fariseus,

absorvendo debates sobre a Lei, o Reino de Deus e a ressurreição dos mortos. Há ainda teorias mais ousadas – viagens ao Egito, à Síria, até à Índia, sustentadas por evangelhos apócrifos tardios e tradições místicas, fascinantes, mas historicamente frágeis. O investigador atento percebe o padrão: quanto menos evidência, mais imaginação.

Ainda assim, algo pode ser visto com clareza: quando Jesus reaparece aos trinta anos, ele não fala como um improvisador. Suas parábolas revelam intimidade profunda com as Escrituras hebraicas; suas controvérsias mostram domínio das escolas de pensamento judaicas; sua sensibilidade social denuncia convivência real com pobres, doentes e excluídos. Nada disso se constrói da noite para o dia. Os anos oculto de Jesus parecem ter sido o laboratório silencioso de sua mensagem pública.

O silêncio funciona como um convite ou uma provocação. Ele impede a idolatria precoce, desloca o foco do sensacional para o essencial, e sugere que a revelação não nasce do espetáculo, mas da maturação. Antes de ensinar o mundo, Jesus parece ter aprendido a habitá-lo.

No fim, os anos ocultos não enfraquecem a narrativa cristã; eles a aprofundam. Eles lembram que, antes do Cristo proclamado, houve o homem formado no tempo, na espera e no anonimato.

## A dúvida de João Batista

Se os relatos da infância e os longos anos ocultos não oferecem uma identidade clara para Jesus, o início de sua vida pública tampouco dissipa as incertezas. O dado mais desconcertante não vem de opositores, autoridades ou estranhos, mas de João Batista, o profeta que o batizou, que o anunciou e que, segundo a tradição, era seu parente. Preso e à espera de um desfecho que não compreendia, João envia discípulos para perguntar a Jesus: "És tu aquele que havia de vir, ou devemos esperar outro?" A pergunta revela que nem mesmo quem inaugurou o ministério de Jesus possuía certeza sobre quem ele realmente era.

Esse episódio expõe uma fratura silenciosa entre expectativa e realidade. João havia proclamado juízo iminente, fogo, machado à raiz das árvores; Jesus, porém, percorre aldeias curando, ensinando e convivendo com marginalizados. A missão que se desenrola diante dos olhos de João não corresponde ao Messias que ele aguardava. A dúvida surge e se torna grave quando alguém que conhece Jesus, que o viu agir, que o apresentou ao povo, percebe que a história não segue o roteiro esperado.

Assim, mesmo no ponto em que a narrativa parece ganhar clareza (o batismo, o início da pregação, os primeiros sinais) a identidade de Jesus permanece em aberto. Se a infância é fragmentada, os anos ocultos silenciosos e o pós-crucificação múltiplo em interpretações, a própria missão pública começa sob o signo da interrogação. João duvida, os discípulos aprendem aos poucos, as multidões oscilam, e o leitor é deixado com a mesma pergunta que atravessa todo o relato: se nem o precursor soube definir com precisão quem Jesus era, talvez seja importante recorrer às profecias judaicas para encontrar pistas conclusivas sobre a identidade de Jesus. Afinal, era ele o Messias? Um agitador? Um charlatão ou um mestre elevado?

## O judaísmo do século I: um mundo sem consenso

Quando se fala em “o judaísmo” no tempo de Jesus, corre-se o risco de projetar para o passado uma unidade que simplesmente não existia. O judaísmo do século I era tudo, menos homogêneo. Ele vivia sob ocupação romana, sem soberania política, marcado por disputas internas intensas e por leituras conflitantes das próprias Escrituras. Não havia uma autoridade central capaz de definir, de forma definitiva, doutrina, prática ou esperança futura. O resultado era um cenário religioso vibrante e instável no qual diferentes grupos competiam para dizer quem era Deus, o que Ele exigia e, sobretudo, como e quando Ele interviria na história.

Essas divergências se expressavam em correntes bem definidas. Os fariseus enfatizavam a Torá oral, a observância rigorosa da Lei no cotidiano e a esperança na ressurreição dos mortos. Os saduceus, ligados à aristocracia sacerdotal e ao Templo, rejeitavam tradições orais e não criam nem em ressurreição nem em anjos. Os essênios, provavelmente associados à comunidade de Qumran, retiravam-se do sistema oficial, aguardando um juízo iminente e, curiosamente, esperavam dois messias: um sacerdotal e espiritual e outro que seria um rei guerreiro. Já os zelotes viam a fidelidade a Deus como

incompatível com a submissão a Roma e defendiam a libertação armada como expressão de fé. Havia ainda pregadores populares, profetas itinerantes, curandeiros e visionários apocalípticos, figuras que surgiam e desapareciam com frequência, muitas vezes terminando de forma trágica.

Nesse ambiente fragmentado, a ideia de Messias estava longe de ser unívoca. Para alguns, ele seria um rei davídico restaurador da soberania política; para outros, um sacerdote purificador do culto; para outros ainda, um profeta semelhante a Moisés ou uma figura celestial vinda do céu. Certos textos falavam de um Messias vitorioso; outros, de um justo sofredor; outros sequer mencionavam um Messias pessoal, esperando somente a intervenção direta de Deus. O próprio termo *Mashíach* não carregava automaticamente um significado fixo, era uma palavra em disputa, aberta a múltiplas leituras. Falar em “o Messias esperado pelos judeus” é, portanto, uma simplificação posterior que não faz justiça à complexidade do período.

É nesse cenário plural, tenso e teologicamente instável que Jesus surge. Sua mensagem não entra em um molde pronto, porque não havia molde único. Isso explica por que ele foi interpretado de formas tão diferentes: profeta para alguns, falso mestre para outros, ameaça política para Roma, blasfemo para certas lideranças religiosas e esperança escatológica para seus seguidores. A

ausência de consenso messiânico é fundamental para entender por que Jesus pôde ser, ao mesmo tempo, seguido com fervor e rejeitado com violência. Antes de perguntar se Jesus cumpriu expectativas, é preciso reconhecer uma verdade mais incômoda: o judaísmo do século I não sabia, ao certo, o que esperar.

# Por que os judeus não reconhecem Jesus como o Messias?

No conturbado ambiente religioso judaico, até João Batista teve dúvidas quanto à identidade de Jesus, e esta dúvida era alimentada pela expectativa dominante de que o Messias seria um governante dravídico e guerreiro que restauraria Israel, tal modo que Jesus não poderia jamais ser o Messias. Para entender isto, vejamos o que diz o judaísmo em linhas gerais:

## 1. O que é o Messias

No judaísmo, o Messias (em hebraico, Mashíach, "ungido") é um líder humano, descendente direto do rei Davi, que surgiria em um contexto histórico concreto para restaurar Israel. Suas principais características incluem: reunir todos os judeus dispersos (Isaías 11:11-12), restaurar a soberania política de Israel (Jeremias 23:5-6), reconstruir o Templo de Jerusalém (Ezequiel 37:26-28) e instaurar uma era de paz mundial, na qual "nação não levantará espada contra nação" (Isaías 2:4). O Messias judeu não é divino, não morre como sacrifício pelos pecados e tem sua missão plenamente cumprida em vida.

## 2. O contraste entre expectativa e realidade histórica

Quando se observa a vida de Jesus à luz dessas expectativas, surge uma tensão evidente: não

houve restauração política de Israel, o exílio não terminou, o Templo foi destruído no ano 70 d.C., e o mundo permaneceu em conflito. Para o judaísmo, um Messias que não cumpre essas tarefas não pode ser redefinido como “Messias espiritual” após o fracasso histórico; ele simplesmente não é o Messias esperado pelas Escrituras Hebraicas.

### **3. O esforço messiânico dos Evangelhos**

Os Evangelhos, escritos décadas após a morte de Jesus, demonstram um esforço claro para apresentá-lo como Messias por meio do uso de profecias. Um exemplo clássico é Isaías 7:14:

“Portanto, o Senhor mesmo vos dará um sinal: eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho e lhe chamará Emanuel.” (Isaías 7:14)

No contexto original, essa profecia refere-se a um sinal imediato ao rei Acaz, no século VIII a.C., ligado a eventos políticos daquele período, e não a um Messias futuro. O próprio texto continua tratando da queda dos inimigos contemporâneos de Judá.

### **4. Profecias aplicadas fora de contexto**

Outro caso recorrente é Oséias 11:1:

“Quando Israel era menino, eu o amei; e do Egito chamei o meu filho.” (Oséias 11:1)

O texto refere-se explicitamente à nação de Israel, e não a um indivíduo. Ainda assim, o Evangelho de Mateus o reaplica a Jesus (Mateus 2:15). O mesmo, segundo o entendimento dos judeus, ocorre com o chamado “Servo Sofredor” de Isaías 53, que, no próprio livro, é identificado como Israel coletivo (Isaías 41:8; 49:3), ao invés de um indivíduo.

## **5. O Messias não morre antes de cumprir sua missão**

Segundo a Torá, um profeta ou líder é validado pelo cumprimento objetivo de suas palavras (Deuteronômio 18:21-22). A ideia de um Messias que morre, falha em cumprir as promessas centrais e terá sua missão “completada no futuro” é estranha ao Tanakh. Essa releitura só surge posteriormente, dentro da teologia cristã, e não nas Escrituras Hebraicas.

## **7. O Messias inaceitável**

Jesus não corresponde ao Messias judaico porque: (1) não restaurou Israel politicamente; (2) não reuniu os exilados; (3) não trouxe paz mundial; (4) não reconstruiu o Templo; (5) foi reinterpretado por meio de profecias fora de contexto; e (6) teve sua missão redefinida após sua morte. O Messias do judaísmo é uma figura histórica concreta; o Messias do cristianismo é uma construção teológica posterior.

## Messias Judeu x Jesus

Profeta	Profecia	Messias (o que fará)	Jesus (o que fez)
Isaías	2:4	Estabelecer paz mundial e fim das guerras	Guerras continuaram
Isaías	11:11-12	Reunir todos os judeus dispersos	Diáspora continuou
Jeremias	23:5-6	Reinar como rei justo em Israel	Nunca reinou
Ezequiel	37:26-28	Reconstruir o Templo	Templo destruído após sua morte
Isaías	61:1-2	Redenção nacional completa	Apenas parte do texto reivindicada
Oséias	11:1	Israel chamado do Egito	Aplicado retroativamente a Jesus
Deuteronômio	18:21-22	Missão validada por cumprimento	Promessas centrais não cumpridas

## Jesus: o Messias impossível

Quando se observa Jesus a partir das próprias fontes judaicas, sua identidade permanece envolta em névoa. Nem mesmo João Batista, seu parente, precursor e aquele que o batizou, mostrou plena certeza sobre quem Jesus realmente era, a ponto de enviar discípulos para interrogá-lo diretamente: “És tu aquele que havia de vir?” Essa dúvida inicial ecoa uma tensão maior. À luz do judaísmo, o Messias é um líder humano concreto, validado por realizações históricas objetivas: restauração política de Israel, reunião dos exilados, reconstrução do Templo e inauguração de uma era de paz. Nenhum desses marcos se cumpriu no ministério de Jesus. Diante disso, afirmar com rigor que ele foi o Messias judeu é metodologicamente insustentável.

Se Jesus não corresponde ao Mashíach esperado pelas Escrituras Hebraicas, a pergunta inevitável surge: quem foi ele, então? Os próprios Evangelhos parecem lutar com essa questão, recorrendo a releituras criativas de textos proféticos que, em seus contextos originais, não falavam de um Messias futuro individual. Passagens aplicadas retroativamente, interrupções estratégicas de versículos e redefinições pós-mortem indicam um esforço teológico de dar sentido a um fracasso histórico percebido. O resultado é uma figura híbrida: não plenamente

encaixável no judaísmo, reinterpretada à luz de uma fé que só se consolida depois da cruz. Jesus surge, assim, como o centro de uma releitura das Escrituras para explicar por que elas não se cumpriram como esperado.

O quadro se torna ainda mais complexo quando se percebe que esses acréscimos interpretativos não ficaram restritos ao universo judaico. À medida que o cristianismo se expandiu pelo mundo greco-romano, a figura de Jesus passou a absorver elementos simbólicos estranhos ao Tanakh: nascimento miraculoso, morte redentora, vitória sobre a morte, ascensão celestial, retorno escatológico, temas familiares a antigos mitos solares e divindades salvadoras do mundo pagão. Assim, a identidade de Jesus se dilui entre camadas sucessivas de interpretação: judaica, cristã e, mais tarde, simbólico-mítica. Quanto mais se tenta fixar a identidade de Jesus com certeza absoluta, mais ela revela seu caráter enigmático, como uma pergunta que atravessa a história.



## Jesus travestido de Mito Solar

Quando o cristianismo se expandiu para além do mundo judaico e entrou no universo greco-romano, passou a dialogar com um imaginário religioso já saturado de símbolos cósmicos. Entre eles, os mitos solares ocupavam um lugar central: divindades associadas à luz, à ordem, ao ciclo da natureza, à vitória sobre as trevas e à renovação da vida. Nesse contexto, certos elementos da narrativa sobre Jesus, especialmente aqueles ausentes nos evangelhos mais antigos, começam a ressoar com padrões religiosos muito anteriores. O nascimento virginal, por exemplo, é um conceito que não existe no contexto judaico tradicional, e que é recorrente em mitos solares nos quais o deus nasce por intervenção celeste, como sinal de sua origem divina e de sua missão universal.

Os milagres atribuídos a Jesus também se encaixam nesse molde simbólico mais amplo. Curar cegos, devolver mobilidade aos paralíticos, dominar as águas e multiplicar alimentos são atos frequentemente associados a deuses solares, cuja função é restaurar a ordem cósmica contra o caos. Da mesma forma, a ressurreição não aparece como um evento isolado no mundo antigo: ela reflete o ciclo anual do Sol, que “morre” simbolicamente no solstício de inverno e retorna triunfante, trazendo luz e vida. O judaísmo não

esperava um Messias que morresse e ressuscitasse; essa lógica pertence muito mais ao campo da mitologia cósmica do que à escatologia hebraica.

A ascensão aos céus reforça ainda mais esse padrão. Em muitos cultos solares, o deus vence a morte e retorna ao firmamento, seu verdadeiro domínio. A ideia de Jesus elevando-se aos céus após cumprir sua missão ecoa essa mesma linguagem simbólica: o retorno da luz ao seu lugar de origem. Nesse sentido, Jesus passa a ser compreendido como um arquétipo cósmico, reinterpretado para um mundo que já venerava salvadores solares muito antes do cristianismo.

A própria crucificação ganha contornos simbólicos quando observada sob essa lente. No imaginário astronômico antigo, o Sol, ao se aproximar do solstício de inverno, atinge o ponto mais baixo de sua trajetória aparente no céu do hemisfério sul, cruzando a região conhecida como "cruz" celeste. Ali, ele parece "morrer", permanecendo três dias praticamente imóvel no horizonte, até que, a partir de 25 de dezembro, inicia sua ascensão, marcando o renascimento da luz. O culto romano ao Sol Invictus, oficializado no século III, celebrava exatamente essa vitória do Sol sobre as trevas. A associação entre cruz, morte, três dias e renascimento pertence a uma linguagem simbólica muito mais antiga, de caráter cósmico, transmitida em ordens iniciáticas.

Diante disso, a pergunta retorna com ainda mais força: se Jesus não é o Messias judeu conforme definido pelo Tanakh, e se sua biografia foi progressivamente revestida de atributos típicos de mitos solares, quem foi Jesus afinal? Um profeta apocalíptico judeu? Um reformador ético? Um mestre carismático reinterpretado após a morte? Ou o ponto de convergência entre a esperança judaica frustrada e o imaginário solar do mundo pagão? Quanto mais se investigam as camadas que compõem sua narrativa, mais Jesus se revela como uma figura moldada na interseção entre história, teologia e mito.

## Divindades solares antes de Cristo

DIVINDADE	1	2	3	4	5
<b>Osíris</b> (c. 2500 a.C., Egito)	✗	✓	✓	✗	✗
<b>Hórus</b> (c. 2400 a.C., Egito)	✓	✓	✗	✗	✓
<b>Mitra</b> (c. 1400 a.C., Pérsia / Índia)	✓	✓	✗	✓	✓
<b>Dionísio</b> (c. 1200 a.C., Grécia)	✓	✓	✓	✗	✗
<b>Átis</b> (c. 1200 a.C., Frígia - Anatolia)	✗	✗	✓	✓	✗
<b>Apolo / Hélio</b> (c. 800 a.C., Grécia)	✗	✓	✗	✗	✓

### Legendas:

1. Nascimento Virginal
2. Milagres
3. Ressurreição
4. Celebração no Solstício de Inverno
- 5; Ascenção aos céus

## Quem Jesus definitivamente não foi

À luz do que foi exposto até aqui, tanto nos relatos fragmentários e tardios da infância quanto nos acontecimentos nebulosos que se seguem à ressurreição, torna-se cada vez mais difícil afirmar com segurança quem Jesus foi. No entanto, a investigação histórica e textual permite avançar com mais firmeza em outro sentido: quem ele definitivamente não foi. Jesus não corresponde ao Messias esperado pelo judaísmo, nem em termos políticos, nem escatológicos, nem legais. As promessas centrais permanecem não cumpridas, e os próprios Evangelhos revelam um esforço posterior para reinterpretar fracassos históricos como triunfos espirituais. Curiosamente, essa percepção de que Jesus não era o Messias judeu nasce dentro da própria narrativa evangélica, na figura de João Batista.

João é quem inaugura o movimento do qual Jesus se tornou protagonista, ele anuncia o juízo iminente, batiza Jesus e, segundo os Evangelhos, era seu parente. Ainda assim, preso e diante do desfecho inesperado dos acontecimentos, João hesita. Ele envia seus discípulos para perguntar: “És tu aquele que havia de vir ou devemos esperar outro?” (Mateus 11:3). A pergunta é devastadora. Ela revela que Jesus não estava correspondendo às expectativas messiânicas nem mesmo daquele que o precedeu e o legitimou publicamente. O

Messias esperado por João (juiz, restaurador, portador do machado e do fogo) simplesmente não se manifestou.

A resposta de Jesus é ainda mais reveladora. Ele não diz “sim, eu sou o Messias”, nem reivindica trono, poder ou cumprimento literal das promessas proféticas. Em vez disso, aponta para sinais dispersos: cegos veem, coxos andam, pobres ouvem boas-novas. Trata-se de uma redefinição de missão. Jesus desloca a pergunta da expectativa nacional para a transformação individual. Sua resposta sugere que ele não veio cumprir o roteiro messiânico tradicional.

É justamente aqui que pode residir a chave para responder quem foi Jesus. Se ele não é o Messias judeu e tampouco se encaixa plenamente nas construções teológicas que mais tarde lhe foram atribuídas (muitas delas revestidas de linguagem mítica e cósmica), então sua identidade histórica permanece em aberto.

Seria Jesus um Profeta? Um Mestre carismático? Um Reformador apocalíptico frustrado? Ou o catalisador de um movimento que rapidamente ultrapassou sua intenção original?



## Jesus foi mais um profeta apocalíptico?

Desde o início da pesquisa histórica moderna sobre Jesus, uma hipótese tem se mostrado persistente e intelectualmente respeitável: a de que Jesus teria sido, essencialmente, um profeta apocalíptico judeu, profundamente moldado pelas Escrituras e pela expectativa iminente do fim dos tempos. Essa nasce do esforço crítico de situar Jesus dentro do judaísmo do século I, um mundo saturado de tensões políticas, ocupação romana e esperança escatológica.

O primeiro a formular essa tese de modo sistemático foi Albert Schweitzer, no início do século XX. Para ele, Jesus anunciou a chegada imediata do Reino de Deus, acreditando que Deus interviria de forma decisiva na história ainda durante sua vida. A crucificação foi o resultado trágico de uma expectativa que não se concretizou. Schweitzer foi categórico: Jesus pertenceu ao seu tempo, não ao nosso, e sua mensagem estaria indissociavelmente ligada a uma visão apocalíptica que falhou historicamente.

Essa linha foi retomada e refinada por estudiosos contemporâneos como E. P. Sanders, que descreveu Jesus como um profeta escatológico que anunciou a restauração de Israel e o julgamento iminente. Géza Vermes, por sua vez, viu Jesus como um carismático judeu, próximo da

tradição dos hassidim, um homem profundamente enraizado nas Escrituras, mas sem qualquer pretensão ontológica elevada. Mesmo Bart Ehrman, crítico confesso da teologia cristã tradicional, sustenta que Jesus esperava o fim do mundo em sua própria geração e que títulos como “Filho do Homem” teriam sido reinterpretados posteriormente pela comunidade cristã.

Esses estudiosos convergem em um ponto: Jesus falou e agiu à sombra das Escrituras, especialmente dos profetas e da literatura apocalíptica judaica. Suas imagens, o Reino, o julgamento, a inversão dos poderes e a exaltação dos humildes dialogam diretamente com Daniel, Isaías, Enoque e os Salmos. Nesse sentido, a hipótese do profeta apocalíptico explica bem por que Jesus foi compreendido, inicialmente, como mais um entre vários pregadores escatológicos do período, e por que sua morte poderia parecer, à primeira vista, o fim de sua missão.

Ainda assim, essa explicação, embora poderosa, talvez não seja suficiente. Mesmo dentro dos Evangelhos mais antigos, Jesus, além de anunciar o Reino, age como se o Reino já estivesse, de algum modo, presente. Ele perdoa pecados, redefine a Lei, relativiza o Templo, fala com autoridade própria e desloca a expectativa escatológica do “quando” para o “agora”. Além disso, sua persistente autoidentificação com o “Filho do Homem” de Daniel, uma figura que transcende o mero papel profético, sugere uma

autoconsciência mais complexa do que a de um simples anunciador do fim.

Há também o dado histórico difícil de contornar: movimentos apocalípticos fracassados costumam desaparecer. O de Jesus, ao contrário, sobreviveu à morte do seu líder, reinterpretou o fracasso da cruz e emergiu com uma convicção ainda mais forte sobre sua identidade e missão. Isso não prova, por si só, a verdade teológica do cristianismo, mas sugere que algo na experiência de Jesus (ou na experiência que seus seguidores tiveram dele) excedeu o modelo clássico do profeta apocalíptico derrotado. Não é possível ignorar que os discípulos de Jesus seguiram pregando fervorosamente após a crucificação. Eles continuaram sendo pescadores de gente. Restou um barco de pesca esquecido na praia.

## Jesus por si próprio

A investigação honesta não encerra a questão; ela a aprofunda, e para tentar responder a esta questão fundamental, que tem potencial para abalar as estruturas da fé cristã, é importante que observemos que tudo o que foi investigado até então é sobre o que disseram a respeito de Jesus, sobre quem disseram que ele era. Mas, afinal, o que Jesus disse sobre si mesmo? Quem ele disse que ele era?

### 1. A resposta de Jesus a João Batista foi reveladora

Quando João Batista, já preso, envia seus discípulos para perguntar se Jesus era "aquele que havia de vir", a resposta de Jesus é cuidadosamente construída. Ele não diz "sim" nem "não", porque responde fazendo alusão ao profeta Isaías, considerando que João certamente entenderia sua resposta.

Mateus 11:4-5 (ARC)

*4 E Jesus, respondendo, disse-lhes: Ide, e anunciai a João as coisas que ouvis e vedes:*

*5 Os cegos veem, e os coxos andam; os leprosos são purificados, e os surdos ouvem; os mortos são ressuscitados, e aos pobres é anunciada as boas o evangelho.*

(paralelo em Lucas 7:22)

Essa lista de sinais corresponde diretamente às descrições do Servo de Deus em Isaías e ao ouvir isto, João certamente compreendeu de quem Jesus se tratava.

## 2. O momento decisivo na sinagoga: Jesus se identifica claramente

No início de seu ministério público, Jesus lê Isaías e faz algo absolutamente radical: interrompe o texto e o aplica a si mesmo.

Isaías 61:1-2a (ARC)

*O Espírito do Senhor DEUS está sobre mim, porque o SENHOR me ungiu, para pregar boas-novas aos mansos; enviou-me a restaurar os contritos de coração, a proclamar liberdade aos cativos, e a abertura de prisão aos presos; a apregoar o ano aceitável do SENHOR...*

Lucas 4:21 (ARC)

*Hoje se cumpriu esta Escritura em vossos ouvidos.*

Aqui, Jesus declara explicitamente que ele é o Servo ungido de Isaías, não o rei guerreiro esperado.

### 3. O Servo Sofredor: rejeitado, humilhado, expiatório

Isaías 53 descreve uma figura que não se enquadra nas expectativas messiânicas:

Isaías 53:3-5 (ARC)

*3 Era desprezado, e o mais rejeitado entre os homens; homem de dores, e experimentado nos trabalhos...*

*4 Verdadeiramente ele tomou sobre si as nossas enfermidades...*

*5 Mas ele foi ferido pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados.*

Esse Servo descrito por Isaías não governa, não vence pela espada, não é reconhecido e sofre pelos outros. Este é exatamente o padrão narrativo da vida de Jesus.

### 4. O fator Daniel

Jesus vai além de Isaías: ele evoca Daniel ao adotar para si um título glorioso e escatológico: “O Filho do Homem.”

Daniel 7:13-14 (ARC)

*13 E vi nas visões da minha cabeça, e eis que vinha nas nuvens do céu um como o Filho do homem...*

*14 E foi-lhe dado o domínio, e a honra, e o reino, para que todos os povos, nações e línguas o servissem; o seu domínio é um domínio eterno...*

O Filho do Homem vem do céu, recebe autoridade divina e reina eternamente.

### **5. A revelação definitiva no interrogatório final: Servo agora, Juiz depois**

Quando Jesus é pressionado a dizer se é o Messias, ele responde unindo Isaías e Daniel.

Marcos 14:61-62 (ARC)

*61 Tornou o sumo sacerdote a interrogá-lo, e disse-lhe: És tu o Cristo, o Filho do Deus Bendito?*

*62 E Jesus disse: Eu sou; e vereis o Filho do homem assentado à direita do poder de Deus, e vindo sobre as nuvens do céu.*

Aqui está o núcleo da identidade de Jesus: no presente: Servo que sofre; no futuro: Filho do Homem glorificado.

6. No Evangelho mais antigo, Jesus usa esse título para si 14 vezes, incluindo os seguintes versículos do Evangelho de Marcos:

Autoridade para perdoar pecados (2:10)

Senhorio sobre o sábado (2:28)

Sofrimento e morte (8:31; 9:31; 10:33-34)

Vinda gloriosa futura (8:38; 13:26; 14:62)

Nos quatro Evangelhos, o título aparece aproximadamente 80 vezes, sempre nos lábios de Jesus - ninguém mais o chama assim. Este é, definitivamente, o título assumido por Jesus. Esta é a sua verdadeira identidade. Ele não é meramente o governante guerreiro esperado pelos judeus. Ele está muito além disso: ele apresenta-se como o servo sofredor que expia os pecados do mundo e que está assentado à Direita de Deus Pai Todo Poderoso.

Para compreender a força e a ambiguidade da expressão "Filho do Homem", é necessário retornar ao seu ponto de origem. No livro de Daniel 7, escrito em um contexto de perseguição e dominação estrangeira, surge a visão enigmática de "alguém como um filho de homem" que vem com as nuvens do céu, recebe domínio eterno e é entronizado após o juízo dos reinos violentos. O texto, no entanto, não é simples: o próprio capítulo interpreta essa figura como representando "os santos do Altíssimo", isto é, o povo fiel de Israel que, após o sofrimento, seria vindicado por Deus. Desde cedo, portanto, o "Filho do Homem" oscila entre o coletivo e o individual, entre símbolo e personagem, entre esperança histórica e expectativa escatológica.

No judaísmo do Segundo Templo, essa expressão jamais alcançou um consenso definitivo. Em alguns textos apocalípticos posteriores, como as Similitudes de Enoque, o "Filho do Homem"

adquire contornos mais pessoais e quase transcedentais; em outros, permanece como metáfora do povo oprimido que será exaltado. O que se pode afirmar com segurança é que, no século I, "Filho do Homem" não era um título messiânico fixo, nem um rótulo claro. Sua força estava justamente na sua ambiguidade: dizia muito sem dizer tudo, evocava glória futura sem abandonar o sofrimento presente.

É nesse espaço de indefinição que Jesus se move. Nos Evangelhos, ele evita os títulos mais carregados politicamente (rei, Messias, filho de Davi) e recorre repetidamente a essa expressão escorregadia: "o Filho do Homem". Às vezes, o termo aparece ligado à humilhação ("o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça"); outras vezes, à autoridade ("o Filho do Homem tem poder para perdoar pecados"); e, por fim, à exaltação futura ("vereis o Filho do Homem vindo nas nuvens do céu"). Jesus parece, assim, fundir sofrimento e glória, história e escatologia, em uma única identidade em processo.

Essa tensão atinge seu ponto máximo na cruz. Quando Jesus clama: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?", ele cita o início do Salmo 22, um lamento de um justo abandonado que, paradoxalmente, termina em vindicação e louvor, uma evocação escritural densa, que une abandono humano e esperança final. Se o "Filho do Homem" de Daniel passa pelo sofrimento antes de receber o domínio, a cruz torna-se o lugar onde

essa lógica é radicalizada: a exaltação passa pelo esvaziamento, a glória nasce da derrota aparente.

Por fim, ao apropriar-se do título “Filho do Homem”, Jesus estava se identificando com o sofrimento coletivo de Israel? Estava reivindicando para si o papel escatológico de Daniel? Ou estava, de modo deliberado, habitando o espaço entre as duas coisas, forçando seus seguidores a repensar as categorias disponíveis? O Evangelho não entrega uma resposta simples: ele convida à contemplação.

## **7 A objeção judaica e do Seminário Jesus**

É verdade que leituras judaicas clássicas veem o Servo Sofredor como Israel coletivo e veem o Filho do Homem como símbolo do povo judeu, assim como é verdade que o Seminário Jesus refuta veementemente a expressão Filho do Homem como autêntica. Entre 1985 e 2006, cerca de 150 estudiosos, muitos deles críticos, liberais e nada comprometidos com confessionalismos, se reuniram para avaliar, por meio de votação, quais ditos atribuídos a Jesus nos Evangelhos poderiam ser considerados historicamente autênticos. O resultado foi desconcertante: só 18% das palavras atribuídas a Jesus foram classificadas como provavelmente autênticas. A maioria dos discursos longos, dos milagres elaborados e, de modo especial, dos títulos cristológicos elevados foi considerada fruto de desenvolvimento teológico

posterior das comunidades cristãs, não da autocompreensão histórica de Jesus.

Dentro dessa análise, títulos como "Filho do Homem", especialmente quando carregados de conteúdo escatológico glorioso, foram amplamente vistos como retroprojeções da fé pascal, isto é, leituras feitas à luz da ressurreição e da teologia nascente, e não afirmações inequívocas do Jesus histórico. O Seminário Jesus aplicou critérios clássicos da pesquisa histórica como o critério do constrangimento (o que dificilmente teria sido inventado pela Igreja) e o critério da dissimilaridade (o que não serve nem ao judaísmo anterior nem à teologia cristã posterior) e concluiu que muitas dessas autoidentificações solenes falham nesses testes. Em outras palavras, quanto mais um dito parece "útil demais" para a teologia posterior, menos provável é que venha diretamente do Jesus pré-pascal.

Isso não invalida a fé cristã, mas complexifica radicalmente a investigação histórica. O que os Evangelhos nos oferecem é um testemunho interpretado, a fé refletida em narrativa. Ignorar o Seminário Jesus significaria tratar como dados históricos diretos aquilo que pode ser, em grande medida, resultado de décadas de releitura, liturgia, catequese e disputa teológica.

## O Servo Sofredor glorificado?

Chegamos ao fim da investigação sobre quem foi Jesus. Em verdade, eu poderia ter abreviado em muito a jornada do leitor, mas considerei importante resumir um pouco dos caminhos trilhados por anos até encontrar meu atual entendimento. Depois de atravessar textos, silêncios, acréscimos e disputas, o que temos é um Jesus mais profundo do que as expectativas humanas. Ele não correspondeu ao Messias armado que muitos aguardavam, porque sua missão nunca foi conquistar pela força. Ele não se apoiou na linhagem política de Davi, porque seu reino não nasce do sangue nem da espada. Jesus trilhou o caminho mais difícil: o da obediência, do serviço e da entrega.

À luz das Escrituras, ele se deixa reconhecer como o Servo Sofredor profetizado por Isaías: aquele que não quebra a cana rachada, que não levanta a voz nas praças, que carrega sobre si as dores alheias. Em sua vida histórica, Jesus caminha entre os pobres, toca os impuros, acolhe os rejeitados e sofre a injustiça sem revidar. Ele não é rejeitado apesar de ser o Servo; é rejeitado porque ele é o Servo. Sua fidelidade a Deus passa pela humilhação, pela cruz e pelo aparente fracasso, exatamente como os profetas anunciaram.

Até este ponto, Jesus passa pelo crivo da análise histórica e das profecias judaicas com grande teor de veracidade.

O Servo, porém, não é o fim da história. Jesus se autodenomina o Filho do Homem, expressão que os judeus também consideram como sendo de cunho coletivo, referente a toda Israel, e que o Seminário Jesus considerou um acréscimo tardio, mas que para os cristãos é uma verdade que revela que o mesmo Jesus que se inclina para lavar os pés de seus discípulos é aquele que, segundo Daniel, recebe do próprio Deus domínio, honra e glória. Ele é o Filho do Homem, aquele que atravessa o sofrimento do mundo para ser exaltado no tempo de Deus. O que foi vivido em silêncio e dor será revelado em poder e luz. O que foi semeado em lágrimas será colhido em glória. A cruz, por sua vez, é o caminho para a vitória.

Por isso, a fé cristã não repousa em um Messias que falhou, mas em um Cristo que redefiniu o que significa vencer. Ele venceu não dominando, mas amando; não destruindo inimigos, mas entregando a própria vida; não impondo o Reino, mas inaugurando-o no coração dos que creem. Na fé cristã, o Servo que sofreu é o Filho do Homem que retornará. E aquele que foi rejeitado pelos homens foi, desde o princípio, aprovado por Deus. É nesse Jesus, humilde na história e glorioso na eternidade, que a fé cristã encontra o sentido, a força e a esperança.